



Anais da Assembléia

Nº 158

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 1977.

ANO III

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 243.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1977

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Facci e Augusto Carneiro.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 253/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem número 55/77, ex-Proposição número 195/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando estabelecer normas na aplicação de recursos, do "SALÁRIO EDUCAÇÃO", no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 01 de dezembro, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 253/77.

Levanta-se a sessão.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 244.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1977

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secre-

tariada pelos Senhores Deputados José Domingos Scarpelini e Valter Pietrângelo.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Jurandir Messias e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, regime de urgência para o Projeto de Lei número 45/77, de sua autoria, que visa substituir o nome da Usina do Foz do Areia, para JUCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1977

(a) José Domingos Scarpelini

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, regime de urgência para o Projeto de Lei número 74/76, de sua autoria, que visa conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná, à Sua Excelência Reverendíssima Dom ROMEU ALBERTI, Bispo Diocesano de Apucarana.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1977.

(a) José Domingos Scarpelini.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, dispensa de publicação de redação final para o Projeto de Resolução número 372/77, de autoria do Deputado Fuad Nacli.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1977.

(a) Gabriel Manoel

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário da Casa —
DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL —
dos seguintes projetos:

PROJETOS DE LEI NÚMEROS:

83/75 - 92/76 - 61/77 - 74/77 - 78/77 - 84/77 - 105/77
112/77 - 120/77 - 127/77 - 134/77 - 136/77 - 137/77
138/77 - 139/77 - 140/77 - 142/77 - 110/77 - 100/77
151/77 e 155/77.

PROJETOS DE RESOLUÇÃO NÚMEROS

256/77 - 310/77 - 312/77 - 320/77 - 321/77 - 328/77
330/77 - 340/77 - 341/77 - 342/77 - 343/77 - 357/77
360/77 e 361/77.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1977

(a) Luiz Roberto Soares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Para efeitos de votação, requeiro sejam desconsiderados os números 158, 159, 160 e 161 do Título V da Proposição número 537/77.

Resulta claro do exame da proposição, que se pretende acrescentar apenas um único artigo (157 e §) ao título V da Constituição vigente.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1977

(a) Luiz Roberto Soares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Dr. GASTÃO DE ABREU PIRES, DD. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, para serem fornecidas através da Superintendência do Instituto de Previdência do Estado-IPE, as seguintes informações:

- 1)- Quais os valores das mensalidades e das matrículas cobradas pela Escola Maternal "Nice Braga" em 1977
- 2)- Quais os valores das matrículas e mensalidades para o ano de 1978?
- 3)- Qual o valor da mensalidade referente ao uso de ônibus por aluno em 1977?
- 4)- Qual o valor da mensalidade referente ao uso de ônibus para aluno em 1978?
- 5)- O uso de ônibus é cobrado nos períodos de férias? Porquê?
- 6)- Qual o critério adotado para a majoração das mensalidades e do uso de ônibus no período 1977/1978?
- 7)- Quantos bolsistas foram matriculados em 1977?
- 8)- Desses bolsistas, quantos eram filhos de servidores públicos e quantos não eram, por ocasião da concessão do benefício?
- 9)- Qual o nome e qualificação dos pais dos bolsistas?

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1977

(a) Adalberto Daros

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ministro Mário Henrique Simonsen, da Fazenda e ao Senhor Jayme Prosdócimo, Secretário de Estado de Finanças, enfatizando a necessidade do aumento da percentagem do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM — distribuída aos municípios.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1977

(a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

Durante a reunião mensal da Associação dos Municípios

do Vale do Ivaí — AMUVI —, realizada no dia 26 de novembro do corrente ano, na cidade de Kaloré, presidida pelo prefeito do Município de Apucarana, o Chefe do Executivo da comunidade anfitriã, Senhor Mauro Labegalini, de forma oportuna e inteligente, formulou proposição solicitando o encaminhamento de mensagem ao Ministro da Fazenda e ao Secretário de Finanças, encarecendo a necessidade de urgente revisão do atual sistema tributário — através do qual o município tivesse uma participação nunca inferior a 20 por cento em relação ao ICM gerado.

Todos os senhores prefeitos presentes ao encontro apoiaram a proposta do jovem administrador de Kaloré.

A unanimidade verificada, mais uma vez comprova e atesta o precário estado financeiro de todas as prefeituras paranaenses, às voltas com endividamentos os mais diversos, cujas liquidez são impraticáveis, sobretudo pelo excessivo peso de volumosos tributos que lhes são incessantemente impostos pelos governos do Estado e da União, que persistem na prática de asoberbar as responsabilidades dos municípios, exaurindo seus poucos recursos em troca de reversão de migalhas, rebaixando-os à ultrajante condição de esmoleres.

Justificou acertadamente Mauro Labegalini, ressaltando que do total do ICM arrecadado no município, apenas 9 por cento nele permanece e que os 91 por cento são carreados para os cofres do Estado e da União.

O estado de miserabilidade financeira que grassa nos municípios, seus débitos e limitações de crédito, extingüiram suas condições de soberania e autonomia. Dos prefeitos, foi subtraída sua responsabilidade de chefes de Executivo, rebaixados que foram, a simples capatazes, dependentes que são, dos bons olhares ou da misericórdia dos governadores de Estado.

Realmente, é assaz necessária a pretendida revisão do atual sistema tributário, pois o modelo em prática está conduzindo os municípios — reais suportes da economia estadual e nacional — à falência financeira e moral.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei número 169/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, mediante as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, ao Município de Palmeira, parte do terreno, com 14,60 metros de frente e fundos, por 34 metros de cada lado, do imóvel de propriedade do Estado, com 42 metros de frente e fundos, conforme transcrição número 9.385, do livro 3-D - fls 247, do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira, destinado à construção da residência para o Juiz da Comarca.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1977.

(a) Ivo Thomazoni e Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA:

O Município de Palmeira, sede de Comarca, não possui ainda residência destinada ao Juiz. Presentemente, a Municipalidade demonstrou intenção de edificar aquela residência, importando para isso a autorização para a doação do terreno, que ora estamos propondo através do presente plano de lei.

A parte do imóvel que se pretende doar, integra o terreno onde se situa o Fórum da Comarca. Conforme a fotocópia da documentação que anexamos ao presente, não há impedimento algum para que a doação seja autorizada. Com isso é que apresentamos o presente projeto de lei que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

Projeto de Lei número 170/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1o. — Fica criado no Município de Campina da Lagoa

o Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, com sede na localidade do mesmo nome, e as seguintes divisas:

- Inicia na foz do Ribeirão Azul no Rio Cantú, sobe por este Ribeirão até a foz do Ribeirão do Veado, subindo por sua margem esquerda até encontrar a foz da Sangra Burro Preto, sobe por esta Sangra até a divisa das glebas 08 e 10 (2a. parte—, linha de divisa interdistrital Campina da Lagoa/Herveira, daí em linha seca rumo ao sul até o marco do monjoleiro do Rio Caratua, daí segue pela margem direita do Rio Caratua, até sua foz no Rio Cantu, seguindo pela sua margem direita até a foz do Ribeirão Azul, ponto inicial.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Campina da Lagoa, é um dos municípios que vem se destacando pelo expressivo desenvolvimento no setor agrícola, econômico, social e cultural em nosso Estado.

Face a esse crescimento, a sua estrutura administrativa está a exigir também certas modificações, a fim de que possa o município atender, com melhores condições, as crescentes necessidades que tal crescimento vem ocasionando.

Neste sentido, o Poder Legislativo de Campina da Lagoa, aprovou a Representação Municipal, através do Decreto no. 22/77, de 08/09/77, (publicação anexa), a fim de que por intermédio desta Assembléia, seja efetivada a criação do citado distrito.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 9o. e incisos, da Lei complementar no. 02, de 18/06/73, Lei Orgânica dos Municípios.

Com isto estamos apresentando o presente plano de lei, que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomo à tribuna nesta tarde, para encaminhar um requerimento cujo objetivo é a constituição de uma CPI para apurar as causas do aumento de criminalidade em nosso Estado, subscrito por diversos Srs. Deputados.

O requerimento é o seguinte. (Lê):

“Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando de suas atribuições que lhe são conferidas regimentalmente, requerem a constituição de uma COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI), composta de cinco (05) membros, de conformidade com o regimento interno, para apurar as causas do aumento de criminalidade no Estado do Paraná, bem como do sistema penitenciário estadual, em prazo de 120 dias.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1977.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamentos: Egon Pudell, José Domingos Scarpelini, Osvaldo Macedo, Renato Bernardi, Gilberto Carvalho, Jurandir Messias, Accioly Neto, Ivo Thomazoni, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Jorge Sato, Ernesto Dal'Oglio, Hélio Manfrinato, Deni Schwartz, Lúcio Machado, Muggiati Filho, Edilson Alencar e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

Longe de pretender o exercício de uma ação de caráter fiscalizador, ou ainda, se transformar num instrumento de crítica aos órgãos de Segurança de nosso Estado, é pensamento dos

signatários do presente, que a CPI solicitada, parafraseando o I Congresso de Criminologia, possa se constituir num “despertar de consciências”.

Problema de dramática preocupação em todo o mundo e também em nosso País, a criminalidade pela sua crescente frequência, vem causando uma onda de pânico, particularmente em nosso Estado, mercê dos diversos crimes e assaltos ultimamente ocorridos, muitos dos quais sem qualquer solução, ensejando, de certa forma, uma espécie de encorajamento aos candidatos à delinquência.

Face à importância que o assunto se reveste, é de se analisar as causas primárias que dão origem a um maior crescimento da criminalidade, para que se possa bem situar a problemática.

O Professor Genhard Müller, dos Estados Unidos, que é apontado como a maior autoridade de seu País, no assunto, revelou, ao analisar os fatores do aumento de criminalidade nos países em desenvolvimento, que a inadequação da Legislação Penal destes países com a realidade social, surge como um dos múltiplos fatores de crescimento, do índice de criminalidade.

Por outro lado, entende o insigne Professor, que uma das condições de favorecimento do fenômeno é o deslocamento das populações do meio rural para o urbano, que provoca o surgimento de favelas, ocasionando a desintegração dos valores éticos e morais, o desemprego ou sub-emprego, a separação do apoio da família e a dificuldade de acesso aos meios de recreação.

Parece fora de dúvida que nunca, como hoje, se demonstra em todos os meios uma séria preocupação com o problema. Testemunho maior é evidenciado pelos anais desta Assembléia, que registram inúmeros pronunciamentos, requerimentos, pedidos de informações e constituição de Comissões Especiais, para averiguação de determinados casos isolados. Em outras áreas, se pode notar o olho desarmado, a apreensão, e o quase pavor dominante, motivados pela ocorrência habitual de delitos de toda a espécie.

Induidoso, o subsídio de que nossos órgãos de repressão têm feito o que está ao seu alcance para a minorização desses fatos lamentáveis.

Em recente entrevista coletiva prestada à imprensa de nossa Capital, o General Alcindo Pereira Gonçalves, DD. Secretário de Segurança, enumerando os problemas de sua Pasta, asseverou estar havendo uma defasagem entre a evolução de nosso Estado e a evolução da Segurança, mais precisamente em termos de efetivo, material, e até vencimentos.

Estudiosos do problema concordam inteiramente com nosso ilustre Secretário, deduzindo que a má remuneração destinada aos policiais, implica fatalmente na não possibilidade de um recrutamento mais acurado.

Acrescentaríamos ainda, como fatores preponderantes, o desajustamento social a que estão sujeitos os nômades rurais, além de que, entendemos que o aumento de criminalidade está na razão do uso de tóxicos.

Neste particular, (uso de tóxicos), somos acompanhados pelo Professor Archer Tangué, “que entende estar o crime relacionado intimamente com o uso de abuso de drogas, admitindo o seu turno que o aumento da criminalidade na sociedade em geral é um fenômeno paralelo ao aumento do abuso de tóxicos e suas conseqüências. Se de um lado, cometer crimes de uma maneira de se obter o dinheiro necessário para adquirir drogas - desde a falsificação de receitas médicas e cheques - furtos e roubos - por outro lado, o abuso de drogas é um fenômeno comum entre os criminosos. A inteiração entre estes dois fenômenos, é muito complexa, eis que se entrelaçam com outros fenômenos sociais, tais como a prostituição, o jogo, etc sendo que o alcoolismo entra nesse quadro”.

Entendendo que a crescente participação de jovens n

crime, é resultante de uma educação hostil à propriedade, e por motivos de ordem social, o Coronel Pérsio Ferreira, ex-Secretário de Segurança Pública do Estado, deu realce à influência moralizadora, e do convívio social.

Por esta razão toma, desde que aceita a presente CPI, uma amplitude sem precedentes.

Há que se esmiuçar em detalhes as dificuldades e falhas do organismo de segurança, não se restringindo apenas ao aspecto da atuação policial, mas também, objetivando outros componentes da Secretaria de Segurança, como o Instituto Médico Legal, a Polícia Técnica, o Corpo de Bombeiros, o Detran, além de outros órgãos ligados a menores.

Nestas condições entendemos que esta Assembléia, pode, via CPI, coletar subsídios, através dos importantes depoimentos que haveremos de tomar, no sentido de minorar a incidência de criminalidade, descobrindo-se algumas causas primárias de sua ocorrência".

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna hoje para fazer a defesa do Governo. Muitas vezes tenho feito defesa e, muitas vezes, tenho criticado o Governo.

Agora, quando o Governo está certo, temos a obrigação de defendê-lo. E hoje, lendo uma notícia que o "Estado do Paraná" publicou e que diz — "Vamos ver agora, como é que o Deputado Ivo Thomazoni vai se desincumbir da espinhosa missão de explicar o que está, de fato, acontecendo com a estrada de Tapejara a Pato Branco, casca de ovo que disputa com a Toledo - Patolína, o honroso posto de "a mais deliciosa omelete do Paraná". A certeza de um tempo novo.

Não vou defender o Deputado Ivo Thomazoni, mas a estrada que falam, é o mesmo problema de Patolína. Quero fazer um convite, nesta tarde, aos Deputados do MDB e da ARENA. Vou fazer este convite por escrito para conhecerem essa estrada que tanto é criticada, aqui, no Estado do Paraná. Uma estrada que foi dimensionada, quando foi pavimentada, para 800 veículos, e hoje passam três mil veículos em cima dessa estrada.

Represento o Município de Patolína, e o povo de Patolína está satisfeito com essa estrada; está servindo àquela comunidade. Assim como em Patolína, há mais de um ano foi construída essa estrada, hoje o Governo do Estado está construindo Assis - Toledo - Terra Roxa - Patolína, Assis, Assis - Alto Piquiri, Assis - Jesuíta - Nova Aurora, Mal. Rondon - Quatro Pontes, Vila Nova até Toledo; está construindo também a Nova Aurora. O Oeste do Paraná, em todo lugar e, nós estamos hoje visitando e vamos, quase semanalmente, àquela região, cada semana nós andamos em mais alguns quilômetros de asfalto.

Nós queremos dizer que o pessoal, o povo da região Oeste quer ver mais desta casca de ovo; e eu como representante do Município de Mal. Rondon, estou fazendo empenho para que o meu município tenha também, de Mal. Rondon até Guairá, também esta casca de ovo. O povo inteiro do Paraná está satisfeito. Só o jornal "O Estado do Paraná" e eu não entendo porque esta crítica. Não é crítica justa. Nós entendemos que criticar é um direito e obrigação de todos, mas quando alguma coisa está errada e não criticar injustamente. E é por isto que nesta tarde nós trazemos a defesa deste grande Governador Jayme Canet Júnior, deste grande Secretário dos Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães e do Diretor Geral do DER, Dr. Tancredo Benghi.

E queremos também fazer este convite que nós vamos transmitir e já transmitimos aos Deputados das duas bancadas; à imprensa do Paraná nós vamos distribuir também um convite para, junto conosco, ir visitar esta estrada Toledo - Patolína, para ver se não é boa estrada.

Meu muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É conhecida a posição deste Deputado com relação à estatização dos bancos no País. Realmente, os últimos balanços mostram que a nova aristocracia brasileira se funda nos banqueiros brasileiros. Por esta razão, aguardamos silenciosamente até a presente data, para nos manifestarmos quanto às questões que envolvem a nossa principal casa de crédito, Banco do Estado do Paraná.

Ficamos calados quando se falou nos empréstimos feitos por este Banco a firmas de outros Estados. Calamos quando se denunciou a presença de financiamentos de nosso Banco a firmas semi-falidas. Mas, Srs. Deputados, não podemos mais calar.

O ilustre Deputado Enéas Faria apresentou um requerimento a esta Casa, solicitando informações àquele Banco, requerimento este que foi rejeitado pela maioria dos Srs. Deputados. Ficou no ar a promessa de que aqui viria, de livre e espontânea vontade, o Sr. Secretário de Finanças, para expor a real situação dos negócios do Banco do Estado do Paraná.

Estamos a menos de três dias do final da legislatura. Aqui não compareceu o Sr. Secretário, não compareceu o Diretor-Presidente daquele Banco. A imprensa insinua que os Deputados, inclusive da Oposição, estão comprometidos com o Banco do Estado e talvez até este próprio Deputado que lá tem feito financiamentos.

Mas, Senhores, a três dias do último dia desta legislatura, viemos à tribuna para informar que levaremos o problema à bancada do meu Partido, para ver lá quem é quem. Quem realmente tem medo do Banco do Estado. Pediremos uma CPI para investigar as coisas do nosso principal banco de crédito. Pediremos para investigar pois e não podemos concordar que Deputados, de um ou de outro partido, fiquem sob suspeita, de que devem favores aos Gerentes, aos Diretores, enfim, ao Banco do Estado.

Mas, Srs. Deputados, mais grave do que isso, temos em nossas mãos o célebre contrato de 500 mil dólares, pois neste País, depois da influência que exercem os Estados Unidos, nós passamos a falar em dólares, emprestamos dinheiro em dólares.

Neste contrato que temos em mãos, o Banco do Estado do Paraná SA., representado pelos Srs. Ricardo Jorge Machado Lima, e Waldemar Carneiro Pereira, e de outro lado, o Sr. Oscar Martinez e Oscar Martinez Filho, e o Banco do Estado do Paraná, repassa 500 mil dólares - em moeda atual: 7 milhões, 460 mil cruzeiros, à Colonizadora Amambai, que este Deputado infelizmente, não sabe se fica no Brasil ou no Paraguai, no Paraná ou no Mato Grosso, firma esta de propriedade do Sr. Oscar Martinez, figura por demais conhecida por todo o Estado do Paraná.

Para isso, Srs. Deputados, o Sr. Oscar Martinez, dá como garantia 554,20 hectares de terras, das glebas 2-B, 2-C, da Colônia Perube, Colônia esta provinda do célebre "grilo" Santa Cruz e que está, sendo consta, sub-júdice, o que parece transpirar nesse contrato, pois no mesmo não consta sequer o número do cadastro do INCRA que, por lei se exige em qualquer contrato financeiro. Fica no ar a pergunta, se é legal muito bem, mas que é imoral, é. Se moral pode ser ilegal. Infelizmente, aqui não veio o Sr. Secretário das Finanças do nosso Estado, aqui não veio o Diretor-Presidente do Banco do Estado para justificar, pois aquela seria a oportunidade e nós guardávamos este documento para isso.

Mas há menos de três dias para o final das sessões, não poderíamos calar. Além do mais, Srs. Deputados, ficamos estarecidos quando no dia 07 de outubro de 1977, e eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados para a data, como é que o Banco do Estado pode repassar 500 mil dólares a uma só firma,

nosso Interior, está a negar financiamentos, sequer na forma de pequenos "papagaios" alegando estar com seus limites tomados.

Fica esta pergunta: Este banco, como disse o nobre Deputado Enéas Faria, certa vez, é o Banco de todos nós, sendo nós, nó de atar, ou nós o pronome "nós" paranaenses.

Por isso, comunico a esta Casa, nesta data, que iremos insistir junto à nossa bancada, para que se instaure uma CPI já que por meios outros não conseguimos as informações que tanto pedimos nesta Casa. Lastimamos tremendamente, estamos sangrando mesmo, de termos nesta oportunidade, de investir contra um Banco estatal, nós que somos pela estatização de todos os Bancos, mas que não podemos permitir que este Banco estatal nos iluda, não nos responda e principalmente, não explique a nós, que representamos os verdadeiros donos do Banco, o povo paranaense, como e onde se aplicará e quais as garantias reais para os 500 mil dólares ou seja, 7 milhões e 460 mil cruzeiros, quase que o correspondente ou mais que o correspondente a muitas arrecadações municipais. Por isso, nesta oportunidade, comunico à Casa, irei solicitar uma CPI, sangrando, é verdade, porque sei quanto isso representa para a idoneidade de uma casa bancária, mas não posso, como representante do povo paranaense, permitir que o seu Banco, não preste contas a ele, o seu proprietário.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, inscrito.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Novamente a sofreguidão do nobre Deputado Deni Schwartz, leva-o a cometer terríveis equívocos. Se aqui não compareceram o Sr. Secretário de Finanças e a Diretoria do Banco do Estado do Paraná, foi só e exclusivamente porque fiquei na dependência de que o Partido da Oposição marcasse dia e hora para que todos eles pudessem dialogar diretamente com os Srs. Deputados, para esclarecer todas e quaisquer dúvidas, que eventualmente pudessem incidir sobre a administração do Banco do Estado do Paraná.

Invoco o testemunho do Sr. Líder da Oposição, Deputado Trajano Bastos, e também do Deputado Enéas Faria, porque ambos foram por mim indagados de qual a data que deveriam comparecer um e outro, e até este momento, infelizmente, não me foi respondido.

Reafirmo, desta tribuna, a disposição de aqui comparecerem Secretário de Finanças e Diretores do Banco do Estado do Paraná. Porque, repito, não alimenta o Governo do Estado, muito menos o Banco do Estado do Paraná e também o Secretário de Finanças, nenhum propósito de escamotear informações a esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Comete também terrível equívoco o Deputado Deni Schwartz, ao analisar a operação dos 500 mil dólares. Tal operação se subsume na Resolução 63 do Banco Central, onde o Banco do Estado do Paraná é mero passador de outras casas bancárias. E evidentemente que o Banco do Estado do Paraná concede o seu aval ao Banco que a ele tenha repassado os 500 mil dólares. Todavia, esta operação, segundo sei, é perfeita e legal, e também no meu entender, perfeitamente moral. Se V. Exa. tem dúvidas, ou questiona a validade delas, é um direito que V. Exa., inegavelmente, tem.

Reafirmo, portanto, de que se aqui não compareceram Diretores do Banco ou o Secretário de Finanças, foi só e exclusivamente porque fiquei na dependência que o Partido da Oposição marcasse dia e hora para que eles aqui comparecessem. Como reafirmo de novo que estará à disposição da Bancada do MDB e de toda a Assembléia Legislativa, a presença de todos eles, para que possam, franca, leal e honestamente, dialogar com a Oposição, mostrando claramente que não há absolutamente nada a ser escondido desta Casa, como também do resto do

Paraná. Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se não fosse o respeito, a admiração que temos pela cultura, pela inteligência do ilustre Deputado Líder do Governo nesta Casa, diríamos, nesta oportunidade, que ao expressar que o Sr. Secretário de Finanças ainda não veio a esta Casa por não ter havido acerto da bancada do MDB, para fixação da data, do dia.

Impressiona-nos nesta oportunidade, que a bancada do MDB tenha chegado tão fácil, tão depressa, como num passe de magia, ao seu lugar de verdadeiro representante do povo paranaense, neste Parlamento.

O que houve, o que tem havido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é toda sorte de escamoteação no sentido de que se evite que compareça Secretários de Estado, quando esse pedido tem sido feito, tem sido procedido, pela Oposição, pela representação do MDB.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. me permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, lamento interrompê-lo, mas, uma vez que V. Exa. se atém às questões do Banco do Estado do Paraná, e da tribuna, o eminente Deputado Líder da Arena no Pequeno Expediente, portanto não proporcionando condições de aparte, cobra, e cobra do Plenário, uma atitude, se não do MDB, pelo menos minha, quero aproveitar o ensejo e a oportunidade que V. Exa. me dá, para responder ao ilustre Líder da Arena e deixar clara a minha posição com relação a este assunto.

Entendo que cabe ao MDB o rol de prerrogativas que dá a Constituição e o Regimento Interno. Agiu o MDB dentro do que disciplina a Constituição, dentro do que dispõe o Regimento Interno.

A bancada da Arena rejeitou o requerimento.

A bancada da Arena não aceitou o requerimento.

A bancada da Arena impediu a vinda do Sr. Secretário de Finanças e dos Diretores do Banco do Estado a esta Casa, a este Plenário.

Disse S. Exa., na oportunidade, para minimizar a questão, que o Sr. Secretário viria "sponte sua", de "sponte própria", e o Sr. Secretário, convidado, viria a esta Casa. Na oportunidade, não aceitei como continuo não aceitando.

O nosso relacionamento que possa existir entre o Secretário e o Deputado é uma coisa, o relacionamento entre Secretário e Deputado deve ser colocado em nível de Assembléia Legislativa. Nesse nível, nesse tom, que se deve colocar a questão.

Por isso, S. Exa. se comprometeu a trazer, ou se trouxer, não sei se estarei presente. Se S. Exa. quiser trazer, que traga. É um direito que S. Exa. tem.

Muito obrigado, Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. tem razão, e relembra o

Plenário os acontecimentos que se repetem, na constância deste período legislativo. Toda vez que se leva à apreciação do Plenário requerimentos pedindo, solicitando, a presença de Secretários de Estado, de qualquer forma a bancada do Governo, por meios e estratégias mais inaceitáveis, tem feito com que esses expedientes não alcancem aprovação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — Inicialmente, vou recordar fato divulgado ontem pelo jornal "Correio de Notícias", fato esse que já havia sido denunciado pelo grande jornal "O Estado do Paraná", há vários dias, a falência, porque entendo que concordata é caminho aberto, ou pelo menos, aspecto positivo de falência definitiva de mais uma grande firma portadora de empréstimos extraordinários, principalmente do banco oficial do

Estado, o Banco do Estado do Paraná.

950 milhões de cruzeiros, sub-júdice. Frimeza S/A, o nome desta outra empresa que se junta às demais falidas, as demais concordatas, devedoras do Banco do Estado do Paraná. E há poucos instantes saía daqui, desta tribuna do povo, o Deputado Deni Schwartz, denunciando um fato maior, estruturado na mesma característica e caracterizando prejuízo ao mesmo banco que é do mesmo Estado, que é do Paraná.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — Eu darei inicialmente o aparte ao Deputado Jurandir Messias, posteriormente darei a V. Exa.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Deputado Lúcio Machado, tão somente para deixar bem claro que a bancada da Arena nesta Casa não negou o requerimento do Deputado Enéas Faria com o intuito de que o Sr. Secretário de Finanças não comprecesse.

Mas tão simplesmente, Sr. Deputado, porque entendemos nós da bancada da Arena, que da maneira em que pretendia o autor do requerimento, seria uma imposição à vinda daquele eminente Secretário ou dos Diretores do Banco do Estado do Paraná...

O SR. ENÉAS FARIA — E não deixa de ser uma imposição positiva...

O SR. JURANDIR MESSIAS — Eu posso falar? Eu solicitei um aparte e o Deputado Enéas Faria entra violentamente, querendo fazer um discurso paralelo ao meu aparte.

Sr. Deputado Lúcio Machado, a Arena não negou e a Arena concorda em termos democráticos, como bem afirmou o nosso líder da tribuna, mesmo que no Pequeno Expediente, e falo em nome da Liderança, está à disposição da Bancada do MDB a presença destes homens públicos na Assembléia ou em termos de Comissão, como melhor entender.

Sr. Deputado, me causa espécie e me causa inclusive estranheza, quando V. Exa. vai à tribuna trazer ao conhecimento do povo, como representante do mesmo, irregularidades possíveis no estabelecimento bancário. Mas, Sr. Deputado, penso que antes é preciso que se faça um juízo de si mesmo, porque "quem tem rabo de palha não senta perto do fogo". E eu tenho em mãos aqui, Sr. Deputado, felicitações de Natal e Ano Novo de V. Exa., impressos nos papéis da Assembléia; e tenho conhecimento que é no montante de 30 mil.

V. Exa. que é tão honesto, que é tão direito, e que quer dar exemplo ao povo do Paraná, está usufruindo de um direito que não lhe assiste, usando indevidamente material exclusivamente para uso de gabinete. Por isto que quando se pretende fazer uma acusação da tribuna, é preciso, antes de tudo, fazer um juízo de si mesmo.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni). Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, eu me furto de citar o dispositivo regimental mas, no encaminhamento da minha fundamentação, V. Exa. reconhecerá a validade da minha questão de ordem.

Sinto-me atingido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a declaração que acaba de fazer o Deputado Jurandir Messias, quando diz que se usa indevidamente material da Assembléia, para se expedir felicitações de Natal.

A mim, Sr. Presidente, me foi oferecido, creio pela Administração da Casa, creio, pela Mesa, pela Comissão Executiva, enfim, por aqueles que têm a responsabilidade de zelar pelas coisas da Assembléia Legislativa.

Para que V. Exa. tenha conhecimento — não aceitei, não remeti um só desses cartões, por outras razões, por outras questões e, porque os tinha, de certo, de outra forma.

Agora eu pergunto: Sr. Presidente, para que não fique pairando este véu negro sobre todos aqui nesta Casa, a Administração ofereceu, proporcionou, entregou, fez questão, ou, o Depu-

tado, ou todos os Deputados, fizeram uso, indevidamente, deste material?

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência, responde, no que concerne...

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, poderei passar às mãos de V. Exa. um desses cartões, para que V. Exa. veja que ele tem o timbre da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Ou não tem?

O SR. PRESIDENTE — A Presidência responde por si próprio, no comportamento do Presidente Ivo Thomazoni.

A Presidência determinou, que o seu Gabinete não expedisse cartões de felicitações de Natal, de Ano-Novo, exatamente para diminuir despesas no Gabinete da Presidência.

Mas a Presidência não tinha, como não tem, autorização para impor o mesmo procedimento a qualquer dos Srs. Parlamentares. À medida em que o Sr. Parlamentar requisita material de expediente à Administração, observando a existência dele e, desde que a quantidade seja razoável, a Administração tem fornecido, de maneira equitativa, a todos os Srs. Parlamentares. Quer me parecer ainda, que está em cada um dos Srs. Parlamentares, desejar ou não, cumprimentar os seus amigos, os seus eleitores. E quer me parecer que isto não representa nenhum ato que possa se caracterizar como ato atentatório ao decoro parlamentar, ou, de gastos excessivos. Poderão, alguns Parlamentares, economizar recursos destinados à sua correspondência, ou fazerem expedições às suas próprias custas.

Quer me parecer que, realmente, este comportamento, que é pessoal de cada um, não signifique absolutamente, não possa representar qualquer gasto que possa comprometer o Deputado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço, e solicito de V. Exa., proceder o desconto da Questão de Ordem, inclusive do tempo que V. Exa. usou quando com a palavra.

Mas, nobre Deputado Jurandir Messias, lamento ter que manifestar, de público e neste Parlamento, que eu não esperava de V. Exa., manifestação de tanta ignorância do direito.

A representação do homem público, ela está e deve estar a cargo do Estado.

Na manhã de hoje, nós...

O SR. JURANDIR MESSIAS — Não sou ladrão, Sr. Deputado.

Posso ser ignorante, mas não sou ladrão do dinheiro público.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência não pode admitir discursos paralelos e apela aos Srs. Deputados que, regimentalmente, falem no instante em que o orador da tribuna conceder a palavra, quando solicitada.

É o apelo que a Presidência faz aos eminentes Srs. Deputados.

O SR. LÚCIO MACHADO — Na manhã de hoje, como se repete quase sempre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós vimos, à frente do Palácio do Governo, um dispositivo composto de, pelo menos, 200 homens, Banda de Música, e veículos para transportá-los, cumprindo um dever de representação do Governo, ao receber uma pessoa ilustre de determinado país, de outro lugar.

A representação do homem público, inclui-se nos dispositivos que o Estado se propõe a pagar, através de sua previsão orçamentária. Não foram 30 mil os cartões que fizemos, foram apenas 4 mil, porque esses 4 mil correspondem às correspondências, às mensagens de fim de ano que deveremos enviar à nossa região.

Mas, se fossem 30 mil cartões seriam cartões que representariam, acima de tudo, a correspondência de nossa representação para com o povo que representamos neste Parlamento.

Não há aí nenhuma indignidade; não há aí nenhum fato desolador e, muito menos, qualquer falta de respeito ao dinheiro público. E se nós pudéssemos denunciar, que caracterizassem os fatos da denúncia, que podíamos fazer, certamente veríamos

que as aberrações que se cometem, não podem se justificar, principalmente com fatos como este. Procurar justificar com isto, é denegrir o aspecto deste Parlamento, que é, sem dúvida nenhuma, a representação popular do povo do grande Estado do Paraná.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu farei o meu pronunciamento de hoje, para o qual me inscrevi, no Grande Expediente.

Antes porém, darei o aparte solicitado ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado a V. Exa., e quero, inicialmente, me solidarizar com V. Exa., e é lamentável que o nobre Deputado Jurandir Messias possa desconhecer uma das funções do Parlamentar, que é de dar ampla cobertura às atividades parlamentares de seus membros. E já é praxe consagrada nesta Casa, por muitos e muitos anos, a Comissão Executiva colocar à disposição de cada gabinete dos membros deste Poder, determinado número de cartões para que se possam enviar aos correligionários, aos amigos, por cada um dos Srs. Deputados.

Não vejo nenhuma imoralidade neste ato e neste fato.

O número é irrelevante, como diz V. Exa., pode ser 30 mil ou 3 mil, mas o fato é que pode; está certa a Comissão Executiva da Casa, e eu tenho usado, também. E agora, ainda me foram fornecidos pela 1.ª Secretaria, 2 mil cartões, desde que a impressão ficasse a meu cargo e às minhas expensas. Vou utilizar esses 2 mil cartões, mandarei imprimir a minha mensagem de Natal e enviarei até às pessoas amigas, mais chegadas, aos correligionários e não vejo, nisto, nenhuma imoralidade. Então, quero ficar solidário com V. Exa.

Mas V. Exa., hoje, cometeu uma injustiça contra o Banco do Estado. Não tenho procuração para defender a diretoria do Banco do Estado, nem pedir e não tenho procuração. Mas, V. Exa. citou agora, uma concordata que houve no Sudoeste do Paraná, no Oeste, pelo Grupo Ruaro Dalcanelle, que congrega um complexo de empresas agro-pecuárias. E V. Exa. culpou o Estado do Paraná, de ter crédito junto a esse grupo econômico.

Mas V. Exa., se desse o cuidado de ler a relação dos credores que foi apresentada pela firma no Juiz de Direito de Medianeira, quando solicitou a concordata, V. Exa. iria verificar que quase todos os estabelecimentos bancários do Brasil têm crédito junto àquele grupo. É um grupo poderosíssimo, que está pedindo concordata preventiva. E em todos os estabelecimentos bancários do Brasil, pelo menos os que eu conheço, são credores desse grupo. E o Banco do Estado, por sinal, até é um dos menores credores desse referido grupo.

Agora, Banco, meu caro Deputado, é um negócio de vender dinheiro, é financiar, e envolve o risco natural de um negócio. Qualquer estabelecimento bancário está sujeito a perdas, embora tivessem tido resultados fabulosos, todos os bancos, e vai ser objeto de comentários que eu farei nesta Casa, possivelmente amanhã, mostrando à Casa que a política econômico-financeira do Governo está completamente errada. Que hoje só um negócio no Brasil é que dá lucro, e é exatamente vender dinheiro. Parece que se fez tudo para proteger o comércio bancário, para proteger os bancos neste país, com prejuízos sensíveis àqueles que necessitam do dinheiro para desenvolver suas atividades industriais, agrícolas e comerciais. Então, banco é esse o negócio, é vender dinheiro.

Eu não vejo motivo para vir um Deputado nesta Casa criticar os estabelecimentos bancários, porque ele perdeu dinheiro numa transação. Isto é o risco que envolve o próprio negócio bancário.

Agora, quanto ao comparecimento ou não da Diretoria do Banco aqui, e do Sr. Secretário de Finanças, parece-me que a bancada da Oposição nesta Casa, incorre também noutro grave erro. A bancada parece que quer que o Sr. Secretário venha

aqui e mais a Diretoria do Banco, sob convocação, sob chicote. Absolutamente. Essência é o procedimento.

Porque o Banco nem está obrigado a vir a esta Casa revelar negócios do Banco, porque ele está protegido por sigilo bancário. Mas, se a sua Diretoria se dispôs a vir a esta Casa, à hora e data a ser marcada pela Oposição e submeter-se a todas as questões e perguntas, é porque, pelo menos, uma coisa me convence aí, é que há realmente uma administração honesta no Banco do Estado. Porque, do contrário, jamais eles se disporia a vir a esta Casa, porque a isto não estão obrigados. Se se observar a fundo a Constituição, a lei, estabelecimento bancário não é obrigado, embora o Poder Público Estadual mantenha ali maioria no capital do Banco, não é obrigado a vir aqui revelar negócios que estão protegidos por sigilo bancário.

Agradeço o aparte e a atenção, e me desculpe de ter tomado tempo de V. Exa., na brilhante exposição que está fazendo na tarde de hoje.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. deixa mais triste este Poder de representação popular, mais acabrunhado, mais desvalorizado, quando afirma que as Secretarias de Estado e os Departamentos de Negócios do Governo...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Exa. me permita, por favor, mais um aparte, é rápido, eu não afirmei isso, nobre Deputado. Eu afirmei que o Banco do Estado, como Sociedade Anônima, não está obrigada a vir ao Poder Legislativo para prestar informações de negócios bancários, que são protegidos pelo sigilo bancário, de acordo com legislação até internacional.

Foi isto que eu afirmei.

O SR. LÚCIO MACHADO — É lamentável, a afirmativa de V. Exa., porque o aspecto desvalorizado do Poder representativo dos negócios do povo, junto ao Estado, veio se revestir de maior grandeza com a vossa afirmação. Não quero entrar no mérito do assunto, nobre Deputado, mas tenho certeza, de uma coisa. Minha bancada proporá, em breve, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para verificar os fatos repetidos de uma ocorrência da mesma natureza, junto a este estabelecimento de crédito oficial do Estado do Paraná.

Tem o aparte o Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Eminentíssimo Deputado Lúcio Machado, para ser breve com relação ao episódio dos cartões focalizados pelo companheiro Deputado Jurandir Messias, nós que ainda nenhuma providência adotamos que se relaciona à impressão dos votos que poderemos enviar aos nossos amigos e companheiros, só gostaríamos de informar, que a Câmara Federal, e o Senado da República oferece os cartões impressos, aos representantes do povo...

O SR. LÚCIO MACHADO — Do dinheiro que nós pagamos. O SR. DEL CIEL — Perfeitamente.

Agora, com relação ao episódio Banco do Estado do Paraná, que gostaria, passasse o Partido Oposicionista aqui representado, a adotar como norma de bancada, não como posição individual de cada Parlamentar que aqui tem assento, do MDB, para que não mais se aceitasse, não mais se permitisse a transformação de requerimentos de convocação, de autoridades estaduais para um simples convite. O Regimento Interno deste Parlamento, não institui regras para tratamento de chibatas a ninguém, o Regimento Interno estabelece as normas, as regras, para a condução dos trabalhos deste Poder que são umas, para com os convidados, e outras para com os convocados. Quando o Partido Oposicionista levanta dúvidas, à orientação, administrativa de qualquer órgão, que sejam os homens responsáveis pela Direção desses órgãos, convocados por este Poder que tem compromisso fiscalizador com o povo paranaense.

Em várias oportunidades, denúncias foram feitas da tribuna deste Parlamento, quanto à famigerada administração do Banco do Estado do Paraná. No pleito político municipal, último realizado, em minha terra, na grande Londrina, eminente Deputado, vimos correr os papagaios políticos, os descontos

criminosos, as duplicatas políticas, quando comerciantes eram achacados e induzidos a oferecer uma participação aos candidatos do Partido Situacionista por darem acesso àqueles empréstimos, àqueles financiamentos políticos, viemos e denunciamos desta tribuna; outros companheiros por aqui passaram, trazendo sérias e grandes denúncias que se relacionam à aplicação dos recursos do povo paranaense. O Banco do Estado é de todos nós paranaenses, para ser utilizado por todos nós paranaenses, mas nós estamos usando no dia a dia em todo o território paranaense. As filas dos agricultores não atendidos, os miseráveis e pequenos a exigirem os papagaios negados aos trabalhadores, que nem acesso a esta empresa estatal têm, a este estabelecimento estatal têm. Então, o caminho único que resta ao nosso partido nesta Casa, quando negado, quando se lhe negar o direito de convocar os eminentes Secretários de Estado para que aqui compareçam, os Diretores e Presidentes de órgãos estatais, que o nosso Partido convoque imediatamente a bancada, e instaure realmente a CPI, para com poderes ilimitados, apurar a verdade verdadeira.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Brasil teve hoje, expectativas das mais destacadas destes últimos tempos. Toda a Nação brasileira, principalmente a classe política, tem seus pensamentos voltados ao anúncio das reformas políticas que fará S. Exa. o Presidente da República, em seu pronunciamento à Nação, amanhã, dia 1.º de dezembro. Aliás, um suspense, do pronunciamento anunciado e adiado por duas vezes.

Foi um dos fatos surpreendentes provocador de dúvidas e de esperanças também. Na realidade a Nação espera do Sr. Presidente da República, de sua fala, pelo menos o primeiro passo das esperanças do retorno desse País, ao Estado de Direito.

Embora o quadro de referências ao pronunciamento do Presidente Geisel já tenha sido antecipado, conforme têm noticiado os jornais, no decorrer desta semana, causando dúvidas profundas às esperanças de uma reabertura esperada e muitos e muitos anos que tem sido esperada, poderá se revestir da realidade às expectativas, numa decepção após o pronunciamento do Sr. Presidente.

A grande verdade é que milhões de brasileiros vivem a indagar: onde está o Brasil, depois de 14 anos de Revolução e de 4 anos de política social, do Presidente Ernesto Geisel?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos os brasileiros, de todas as camadas de atividades, que procuram analisar o noticiário pela imprensa nacional e muito especialmente os acontecimentos prejudiciais à Nação, ocorridos nestes 14 anos, com referência aos atos administrativos, da administração do País, direta ou indireta, chegará à fatal conclusão de que, faltou aos responsáveis pela condução do Brasil, aos destinos do progresso e independência, a noção de equilíbrio, de confiança e de crença na coragem e na honestidade do povo brasileiro. O povo é, sempre foi e deverá ser sempre o juiz das ações dos governos, a fim de que se evite o empobrecimento e acima de tudo não se permita a proliferação da corrupção, consequência de toda a miséria social.

A análise fria e justa do período administrativo em que vivemos, não esconde os aspectos negativos nem mesmo aos mais céticos, dos problemas da administração pública. Pois, ele tem caracterizado o empobrecimento galopante a todas as áreas de atividade.

Tivemos uma era de falta de respeito ao pensamento da Nação. Desrespeitado tem sido o Congresso Nacional, desrespeitado foi o povo, desrespeitadas foram as esperanças de progresso e de liberdade, necessárias ao desenvolvimento.

Os donos do Poder tudo fizeram neste período de longos anos, na tentativa de fazer crer que o Governo tem realizado administração com destaque de progresso, perante o povo e a

Nação. Infelizmente, o monólogo, foi o artifício de maior destaque e que em nenhuma oportunidade serviu de lenitivo às esperanças de um povo desesperançado.

O Sr. Presidente da República deve à Nação a promessa por muitos anos esperada, o retorno do país ao pleno estado de Direito, a democracia de fato e verdadeira. Sem sofismas, sem arbítrio e sem subterfúgio. E os milhões de brasileiros apreensivos a ouvir, a Mensagem do Sr. Presidente da República. Apreensivos a receber notícias que esperam há 14 anos, apreensivo a ver reaberto o Estado de Direito neste País, para que haja acima de tudo a justiça social, para que haja acima de tudo o respeito e a dignidade à pessoa humana. Talvez terá amanhã, no primeiro dia do último mês, deste ano, da esperança, do ano de 1977, mais uma triste decepção, porque temos quase certeza de que S. Exa. vai declarar à Nação, o perigo da subversão e do comunismo, e manter o casuismo de pé, que tanto prejudica o povo brasileiro, que tanto tem prejudicado este País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao finalizar, rasgo este meu pronunciamento, aqui da tribuna, para que um jornal como o conceituado "Diário do Paraná", não procure ver vírgulas para colocar entre aspas, como se tivesse a serviço daqueles que querem nos humilhar perante nossa Representação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem a imensa satisfação de registrar, neste Plenário, as presenças dos Srs. Jorge Maia Filho, DD. Presidente da Câmara Municipal de Apucarana; do S. Jorge Vieira, Líder da Arena na Câmara Municipal de Umuarama, eleito por unanimidade, segundo comunicação que a Presidência recebeu e do Sr. Geraldo Lima, DD. Prefeito Municipal de Curiúva.

Consulta à Liderança do MDB se deseja usar do horário que regimentalmente lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna para deixar bem clara as insinuações levantadas pelo ilustre Líder da Arena, nesta Casa.

Queria dizer a S. Exa., e à Casa, que o Sr. Secretário de Finanças deste Estado se não compareceu a este plenário para prestar informações a respeito de problemas do Banco do Estado do Paraná, não cabe à minha bancada qualquer responsabilidade sobre o fato.

Isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque é prerrogativa parlamentar, é dispositivo constitucional que se requeira a convocação de qualquer Secretário de Estado para, perante este Plenário, prestar as informações que se fazem necessárias.

O Movimento Democrático Brasileiro, através de seu vice-líder, Deputado Enéas Faria, encaminhou à apreciação deste Plenário, requerimento de convocação do Exmo. Sr. Secretário de Finanças. Requerimento esse, que foi rejeitado pelos ilustres Deputados da Arena. Comportamento esse que tem todo o direito os ilustres membros da Arena de não concordar.

Mas, não podemos aceitar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que caiba qualquer responsabilidade à minha bancada, pelo não comparecimento do Exmo. Sr. Secretário das Finanças. Não nos cabe marcar dia, nem hora, nem data. O que nos cabe foi feito: requerer, usando de atribuições nossas, que S. Exa. comparecesse em plenário para esclarecer dúvidas e prestar informações necessárias a esta Casa, e o povo do Paraná.

Se assim não entendeu a ilustre bancada da Arena, não podemos aceitar responsabilidades pelo não comparecimento de S. Exa. Porque, se o convite, se assim pretendeu a ilustre bancada da Arena, esse convite não poderia partir da Oposição, mas sim da bancada situacionista.

E para dizer também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a convocação de um Secretário não representa desrespeito e nem pretensão de trazê-lo debaixo de chicote ou chibata, perante esta Casa. Usamos dispositivo constitucional para ouvir S. Exa. Pretensão esta que nos foi negada pela maioria que repre-

senta a Aliança Renovadora nesta Casa.

Quanto a possível vinda de S. Exa., não depende do Movimento Democrático Brasileiro porque aqui somos minoria. Se o convite se pretende fazer a S. Exa., que o faça a Liderança da Arena.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. tem uma visão que, evidentemente, não se identifica com a minha; quando procurei V. Exa. para comunicar que estaríamos dispostos a aqui comparecer o Sr. Secretário de Finanças mais os Diretores do Banco do Estado do Paraná, o fiz na presunção - hoje percebo que errada, mas o fiz na presunção de que a bancada liderada brilhantemente por V. Exa., tivesse interesse em questioná-los. Porque tenho comigo que as informações que, tão justamente pretende o MDB, tanto poderiam ser fornecidas através de uma convocação regimental, como poderiam ser fornecidas através de um convite.

A Bancada da Aliança Renovadora Nacional ficou na expectativa de que V. Exa. e os demais membros de sua bancada, designassem dia e hora, porque também presumi que sua bancada era a única e a maior interessada em questionar tais autoridades. Percebo agora que este não é o entendimento de V. Exa., respeito profundamente a colocação que V. Exa. faz do episódio, dando uma veiculação, um enfoque diverso daquele que nós temos.

Todavia, quero dizer a V. Exa. de que a bancada da Arena rejeitou tal convocação, por dois motivos:

Primeiro: porque achou desnecessário que aqui comparessem, por via compulsória, como pretendeu a bancada do MDB. E o segundo, é porque, efetivamente, todo e qualquer negócio bancário é protegido por uma legislação específica. O Banco do Estado do Paraná é uma sociedade anônima que deve só e exclusivamente obrigações para com seus acionistas. E, o requerimento de V. Exa., na realidade, poderia conflitar, como efetivamente conflitou - na minha opinião - com tais dispositivos legais.

Todavia, para que fique definitivamente esclarecida e definida a posição de nossa bancada, eu comunico que no próximo dia 5, segunda-feira, às dez horas da manhã, comparecerão a esta Casa o Sr. Secretário de Finanças e demais autoridades do Banco do Estado do Paraná, Sala das Comissões, e quem pretender indagá-los, tanto da nossa bancada como da bancada do MDB, poderá livremente fazê-lo.

Era só, muito obrigado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço a intervenção de V. Exa., ilustre Deputado Líder. No entanto, devo deixar bem clara a posição desta liderança.

V. Exa. tem uma ótica diferente do problema, direito que lhe assiste, evidentemente. Mas, acontece, ilustre Líder, que toda e qualquer convocação que se pretende fazer dos Srs. Secretários de Estado, são tomadas e olhadas de maneira diferente. Eu não vejo porquê, não vejo onde está o demérito de um Secretário de Estado comparecer ao Parlamento de seu Estado. Temos exemplos na área federal, quando Ministros de Estado comparecem à Câmara, para prestarem informações.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — “sponte sua”.

O SR. TRAJANO BASTOS — Eu não vejo, sinceramente, ilustre Deputado, em que possa diminuir a autoridade, ou ferir a sensibilidade do Exmo. Sr. Secretário das Finanças, em comparecer a esta Casa. É preciso que se saiba que aqui não há nenhum “bicho-papão”.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Qual seria o demérito da bancada de V. Exa., se aqui comparecesse um Secretário de Estado, a convite da bancada do nosso Partido?

O SR. TRAJANO BASTOS — Não existiria demérito, mas

V. Exa. há de concordar que a iniciativa de convocação é um dispositivo regimental, não é qualquer coisa inventada.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Perfeito.

O SR. TRAJANO BASTOS — Os Deputados da Oposição têm que se valer, quando podem, da Constituição e do Regimento Interno desta Casa; agora, quanto à aprovação do nosso requerimento para que S. Exa. viesse aqui, eu respeito a posição que a bancada de V. Exa. tomou; agora, o que eu não posso aceitar, ilustre Deputado, é que a responsabilidade da não presença do Sr. Secretário nesta Casa, seja imputada à minha bancada.

Isto eu quero deixar bem claro.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado, creio ter havido um bloqueio de comunicação, porque eu tenho para mim, que a bancada de V. Exa. tivesse aquiescido em ouvir o Sr. Secretário e demais membros Diretores, e, fiquei na expectativa, efetivamente, de uma indicação de V. Exa. e de seu Vice-Líder, o que não ocorreu. Eu, agora estou sendo esclarecido. Mas eu, efetivamente, naquela oportunidade, fiquei na expectativa.

O SR. TRAJANO BASTOS — É bom que fique bem claro que V. Exa. não se definiu, não foi definitivo de que aceitaria. E não nos caberia aceitar ou deixar de aceitar, esta seria uma iniciativa que tomaria V. Exa., como Líder do Governo nesta Casa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sei que é deselegante fazer interpelações a quem ocupa a tribuna, a respeito de conversas efetuadas em plenário; embora nossa conversa pudesse ter sido em plenário, mas estou certo que a iniciativa foi minha, como resposta a um veemente discurso do Deputado Deni Schwartz, que deu a entender claramente que a bancada da Arena estava sonhando à Casa, a oportunidade de ouvir o Sr. Secretário, quando na realidade, os fatos são diametralmente opostos. Estou apenas dizendo a V. Exa. que, como eu fiquei na expectativa, repito, houve um bloqueio de comunicação, enquanto fiquei na expectativa de que V. Exa. desse uma resposta, o que não ocorreu. Sei agora, que V. Exa. entende que não me devia nenhuma resposta, agora estou esclarecido, não vou questionar, é um direito seu. A realidade, no entanto, é que fiquei na expectativa que V. Exa. marcasse dia e hora. Lamento que tivesse havido tal desencontro.

Mas, de qualquer maneira, na próxima segunda-feira estarão aqui, para que os Deputados do MDB e da ARENA, possam lhe fazer toda e qualquer indagação, e para que fiquem os Srs. Deputados, esclarecidos a respeito de possíveis e eventuais irregularidades ocorridas na gestão do Sr. Secretário.

O SR. TRAJANO BASTOS — Veja V. Exa., como certas posições, ilustre Deputado, podem ocasionar algumas dúvidas: Se V. Exa. houvesse concordado na convocação do ilustre Secretário, naturalmente Sua Excelência já teria comparecido a este Plenário, teria esclarecido as dúvidas que aqui foram levantadas. Porque quando se pretende, ilustre Deputado, que se esclareçam algumas dúvidas, não se está aprioristicamente imputando qualquer acusação à autoridade.

Acredito até e, quero crer, ilustre Deputado, que o Banco do Estado não tenha nada a esconder. Tenho, para mim, que o Banco do Estado não tem nada a esconder.

Então, se ele já tivesse comparecido aqui, Sr. Exa. o Sr. Secretário de Finanças, já teria a oportunidade de esclarecer à Casa e ao Paraná, as dúvidas que foram levantadas, que eu não vejo, quero repetir aqui, qualquer menosprezo, qualquer falta de respeito, em se pretender a convocação de um Secretário de Estado, para que venha ao Parlamento expor, explicar as dúvidas aqui surgidas.

É bom que S. Exa. saiba, que o Sr. Secretário saiba que — perguntar não é ofender. Inclusive, acho que essas convocações permitem, é uma oportunidade que se dá, para que venham a este plenário esclarecer dúvidas. Deveria até, a conduta da coisa deveria de ser exatamente o contrário.

Quando se pretende, aqui, eu acho que quando se pretende uma convocação, o maior interessado em que se esclareça

o assunto, é a autoridade convocada. (Pausa).

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Apenas para alertar: V. Exa. que falta um minuto para V. Exa. concluir, esgotar os 15 minutos a que tem direito.

O SR. TRAJANO BASTOS — Concluirei, Sr. Presidente.

De modo que, ilustre Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, a situação está posta. V. Exa. afirma, agora, que o Sr. Secretário virá a esta Casa no dia 5. Nada a opor. Agora, a iniciativa não poderia partir nem da minha bancada, nem desta Liderança. V. Exa. há de concordar.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Esta Liderança estava na presunção de que V. Exa. tivesse interesse em ouvir. Agora, já está devidamente qualificada a sua posição...

O SR. TRAJANO BASTOS — Tanto é que há interesse de ouvi-lo, que o Deputado Enéas Faria apresentou um pedido de convocação e teve votação unânime dos Deputados da minha bancada que estavam presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem a imensa satisfação de registrar a presença, neste Plenário, do Sr. João Arruda, S. Exa. é DD. Prefeito Municipal do pujante e progressista Município de Francisco Beltrão.

Para falar no horário destinado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin. O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Sabemos do interesse dos órgãos públicos, estadual e municipal, em dotar todos os serviços públicos da maior segurança possível.

Louvamos a iniciativa por eles tomada em relação às proposições formuladas nesse sentido pelos ilustres Deputados que compõem esta Casa.

Tivemos o prazer de constatar a aceitação de nossas sugestões, destacando-se entre elas a da colocação de tartarugas nas esquinas das ruas de grande movimento de veículos que coram entre outras, as vias rápidas de Curitiba.

Essa medida, frise-se, foi bastante salutar, pois veio contribuir para diminuir, de maneira quase absoluta, os acidentes que se registraram nesses locais, de triste memória, pois, ceifaram vidas valiosas.

Nesta oportunidade, imbuídos do mesmo espírito de colaboração com as autoridades públicas, voltamos a esta tribuna para apresentar nova sugestão que, temos certeza, visa trazer benefícios incalculáveis e eficazes a se evitar acidentes involuntários ao trânsito, nesta Capital.

A medida por nós ora preconizada, visa disciplinar a travessia do público nas vias servidas pelos ônibus expressos, oferecendo-lhes a segurança que bem merecem e lhes permitindo o uso das faixas de segurança.

Com isto evitar-se-ão os acidentes, muitas vezes fatais, que ali vêm se registrando com muita frequência, especialmente em pontos centrais e de grande movimentação popular.

Sugerimos, com esta nossa proposição, a colocação de "protetores" em todas as calçadas às margens das vias por onde trafegam os ônibus expressos, constituídos de canos de uma polegada de diâmetro e sessenta centímetros de altura, ligados entre si por uma corrente e localizados a vinte centímetros da canaleta central das respectivas vias.

Os "protetores" seriam confeccionados de acordo com os croquis que ora exibimos a nossos ilustres Pares, dentro dos padrões mais modernos para o gênero, que além de produzirem os efeitos necessários à segurança no trânsito de Curitiba, oferecerão uma contribuição condizente para a melhoria do Plano Urbanístico da Cidade.

Assegurarão, o que reputamos de suma importância, a tranquilidade necessária aos pedestres nas suas travessias por essas vias, pela segurança que lhes oferecerão.

É notório o estado de espírito do povo das grandes

cidades. Está sempre com a mente preocupada com múltiplos afazeres a serem efetuados de imediato.

Daí a razão porque ao atravessarem as vias públicas, no centro da cidade ou em pontos de maior movimento, especialmente nos locais onde se acham localizados hospitais, estabelecimentos bancários, padarias e casas comerciais de grande atração popular, pelos motivos que justificam essa sua manobra (doença, compromisso bancário, aquisição de alimentação em geral), fazem-no de maneira não displicente, mas sim preocupadíssimos com o que devem fazer de imediato, ocasionando os acidentes imprevisíveis, muitas vezes fatais.

Esse costume é inato nas pessoas que agem nessas ocasiões de maneira instintiva, não percebendo grande risco que correm.

Daí porque a providência ora sugerida deve ser considerada indispensável, de caráter inadiável, pela sua importância, e pelo relevante interesse público, além de vir dar cumprimento à disposição legal vigente, e relacionada com as faixas de segurança nas vias públicas.

O povo de Curitiba merece essa segurança.

Temos a certeza de que as autoridades responsáveis pelo trânsito tanto estadual como municipal, não deixarão, como de costume, de dar a conveniente atenção ao problema ora enfocado, a curto prazo.

Por outro lado, é bom que se destaque que o improvável não atendimento das autoridades à proposição por nós ora apresentada, importará na persistência dos fatos dolorosos que se registram cotidianamente nessas vias.

Não se pode conceber, em sã consciência, a manutenção desse estado de coisas, pois, se assim acontecem, estaremos dando pouco valor à vida humana.

Toda a vida humana, seja qual for a posição social do indivíduo, é por demais sagrada. Intocável. Ninguém pode dispor dela como bem se lhe aprouver, muito menos temos o direito de desprezá-la, não tomando as medidas preventivas necessárias, a nosso alcance, para preservá-las. Tudo em que se puder fazer em benefício do ser humano, resguardando-o dos infortúnios da vida, não deve ser relegado em segundo plano. Deve ser acatado de imediato e sem esmorecimento. Tudo o que se puder fazer nesse sentido é pouco.

Aliás, essa vem sendo a meta dos governos do ínclito Gal. Ernesto Geisel, no plano federal, e do nosso laborioso Governado, Sr. Jayme Canet Júnior, na área estadual, que visa dar todo o seu incondicional e necessário apoio à pessoa humana, das maneiras as mais diversas.

Essa nossa proposição, além de atingir o seu objetivo principal acima de tudo, acima definido, contribuirá, de maneira decisiva para melhoria da imagem de Curitiba no consenso nacional, no tocante ao índice de acidentes de trânsito com consequências paralelas as mais imprevisíveis, mas, sempre, dolorosas para nossa comunidade.

A preservação da vida humana deve merecer atenção especial das autoridades, que não devem medir esforços, sem se preocupar com os custos com operações dessa natureza, na adição de medidas como a ora proposta.

O povo de Curitiba tem o direito de receber esse tratamento.

É oportuno darmos ênfase ao pronunciamento do Exmo. Sr. Presidente da República, Gal. Ernesto Geisel, ao re-inaugurar na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, a Avenida das Nações Unidas, quando referindo-se aos problemas das grandes cidades, disse que a escassez de recursos exige em primeiro lugar que eles sejam bem aplicados, através de um planejamento adequado para uma execução cuidadosa, mas exige também, que o povo que se una conosco, com seu Prefeito, com seu Governador e com o Governo Federal; que se somem a nossos esforços, porque isoladamente, nada valem os

O povo está com os olhos voltados para as realizações

públicas de seu exclusivo interesse, emanadas de um plano de vulto e elaborado de acordo com as necessidades mais prementes de nosso povo.

Consciente desse papel de nossas autoridades, tanto estadual como municipal, temos a convicção que deve ser atendida a sugestão por nós ora apresentada, solucionando-se de imediato, um grande problema para nossa cidade e vindo cada vez mais o povo às autoridades constituídas". (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja encaminhado às autoridades abaixo relacionadas, cópia de inteiro teor do pronunciamento feito pelo requerente em Sessão Plenária desta data, e do qual anexa uma cópia ao presente.

Secretário de Estado da Segurança

Prefeito Municipal de Curitiba

Diretor do Depto. de Trânsito Capital

Presidente do IPPUC

Comandante da Polícia Militar

Outrossim, requer seja enviado, anexo ao pronunciamento, a cada uma das autoridades acima mencionadas, uma cópia de cada um dos croquis, também anexos.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1977"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Restando cinco minutos no horário da Arena, por indicação de S. Exa. o Sr. digno líder da ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. RENATO BERNARDI — Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para uma Questão de Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente. Prestei muita atenção no pronunciamento do nobre Deputado Alfredo Gulin. Acho que se trata de um assunto sumamente interessante e importante no qual seja, de urbanismo e de acomodação da situação da nossa população num quadro urbano, cada vez mais estrangulado.

Entretanto, não entendi bem, porque o nobre Deputado inclusive, nos acenava com a apresentação de um croquis que nós não recebemos.

Pedi um aparte, entretanto, este aparte não me foi dado. Apenas gostaria de poder ter uma cópia deste brilhante pronunciamento...

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Racionalmente, para atender a exigência de V. Exa., a Presidência também, para verificar a exigência da economia interna, manda que o Departamento competente, apronte duas cópias xerocadas do processo que encaminhará às lideranças de ambos os Partidos.

Com a palavra o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, advertindo-o de que lhe restam cinco minutos.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou tentar, nestes cinco minutos, analisar dois requerimentos que estou encaminhando à Mesa nesta tarde, um ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que seja aprimorada esta campanha de erradicação do cancro cítrico no Paraná.

Sabemos nós, que a Secretaria da Agricultura, tem um convênio com o Ministério da Agricultura, Esta campanha vem preocupando todos os agricultores paranaenses, pela demora nesta erradicação. Municípios que já fizeram a erradicação há 10, 12 anos, têm que voltar novamente, porque houve uma paralisação, não sei se por falta de recurso, ou o que foi, que perdeu todo aquele trabalho. A minha sugestão ao Sr. Secretário da Agricultura, é no sentido de que procure entrar em contato com os agricultores, quando se pretenda fazer a erradicação

em um município, para que tenham uma data fixa, para exterminar de uma vez por todas, a radicação do cancro cítrico. Creio, que este agrônomo que visita as propriedades, que faz o levantamento e que depois volta com o pessoal para a erradicação, depois volta para fiscalizar como está o serviço, seria muito mais fácil um entendimento com o agricultor, com um convênio assinado num prazo determinado para esta erradicação, e daria em contrapartida a esses agricultores, outras frutíferas não cítricas para substituição. Porque nós sabemos, o carinho com que o agricultor forma seu pomar, e vê logo em seguida exterminado e sem saber, quando poderá voltar a plantar novamente, porque nós não sabemos se chega ou não a uma conclusão. Creio que nesta campanha seria uma maneira de aliviar o sofrimento desses agricultores que vêem os seus pomares radicados, com a substituição de outras frutíferas não cítricas.

Tem o aparte o Deputado Scarpelini.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Nobre Deputado, gostaria de sugerir ao Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, e endoçando as suas palavras, dizer da falta de orientação que a Secretaria vem dando à campanha de combate ao cancro cítrico no Estado do Paraná.

Eu era pequeno ainda, era menino em 1964. 65, e já ouvia falar na erradicação de árvores frutíferas do Estado do Paraná.

E, naquela época, eu me lembro muito bem, o Município de Arapongas que divide com o Município de Apucarana, por um rio ou ribeirão, chamado Ribeirão Xaxim, via a campanha de erradicação do cancro cítrico, caminhar pelo Município de Arapongas, arrancando, cortando as árvores frutíferas do Município. E do outro lado, à margem do rio, do lado direito, o Município de Apucarana, nada foi feito, nada foi mexido. Recentemente, recebi, nobre Deputado, que representa também a mesma região que eu, a região do Médio Ivaí, uma denúncia de vários agricultores da Cidade Jardim Alegre, onde a campanha de erradicação passou de uma maneira tão violenta, erradicando tudo, pomares e mais pomares.

O SR. GILBERTO CARVALHO — A preocupação, nobre Deputado, é justamente Jardim Alegre, onde está sendo feita a erradicação. Os municípios vizinhos não fazem. Daqui uns anos volta no município vizinho, quando já voltou o pomar outra vez em Jardim Alegre, e novamente terá que fazer o mesmo trabalho. É um assunto que levaria bastante tempo e teríamos muito a comentar. Infelizmente, o tempo não dá.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Eu gostaria de concluir.

No meu entendimento, nobre Deputado, esta campanha de erradicação nada mais é do que uma campanha que deve ter por trás o interesse de algumas multinacionais, interessadas na não produção de cítricos pelo Estado do Paraná. E que, forçando, com a habilidade ou com o capital que possui, a intimidar as autoridades paranaenses e o povo do Estado, de que os nossos pomares estão doentes.

Os pomares erradicados em 64 e 65, que brotaram do chão novamente, agora não oferecem mais perigo, dizem os técnicos da agricultura. Os pomares vizinhos que eram apenas divididos por um rio, que eram um simples filete, quase em linha imaginária, produz e continua produzindo frutas de boa qualidade.

No nosso entendimento, isto é nada mais nada menos do que uma maneira de assustar...

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência lamenta, todavia informa ao orador que lhe concede um minuto para concluir.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, eu peço a V. Exa. para concluir.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Já conclui, Sr. Deputado. Obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Como disse, Srs. Deputados, é um assunto que precisaríamos mais tempo para comentar.

Mas tenho aqui, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um outro requerimento, fazendo apelo ao Sr. Presidente do Ministério da Indústria e Comércio e ao Sr. Presidente do IBC, para que se faça um estudo, de que o IBC se dedique mais à comercialização do café, e que haja um entendimento, para que o IBC transfira à CIBRAZEM que é um órgão especializado em armazenamento, que transfira aos órgãos especializados na orientação técnica, como é o caso do Paraná, o IAPAR e outros Estados também que têm órgãos técnicos que poderão dar orientação ao cafeicultor, aliviando com isto as despesas do IBC e podendo fazer uma diminuição do confisco cambial. Oferecendo melhor preço ao produtor, porque nós sabemos que o maior incentivo é o preço. Se der melhor preço o agricultor não precisa de paternalismo, porque com o preço haverá um incentivo para que se plante mais café, e que se produza o melhor café.

São esses dois requerimentos. (Lê):
"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhada sugestão a S. Exa. o Senhor Secretário de Estado da Agricultura, para que, através do órgão competente daquela Pasta, que promove a "Campanha de erradicação do cancro cítrico", em nosso Estado, seja fixada, após entendimentos e com a participação dos próprios agricultores, data para determinar a completa erradicação, estabelecendo-se em seguida, critérios para que sejam, nas propriedades cuja erradicação foi efetuada, o plantio de outras modalidades de árvores frutíferas não cítricas, com a orientação e colaboração da própria Secretaria.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1977".

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhada às Suas Excelências os Senhores Ministro da Indústria e Comércio e Presidente do Instituto Brasileiro do Café, sugestão no sentido de que o IBC, permaneça exclusivamente com a incumbência de comercialização do café, entregando o problema do armazenamento do produto à CIBRAZEM, companhia especializada em armazenamento, e a parte técnica, aos órgãos especializados existentes no Estado, através de Convênio com o IAPAR. Com isso, grande parte das despesas do IBC seriam aliviadas, conferindo-se assim, menores taxas de confisco, e concedendo-se melhores preços ao produtor, fator exclusivo que efetivamente contribui para o incentivo na melhor e maior produção do café.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1977".

São esses dois requerimentos que trago hoje à apreciação dos nobres Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 144/77, Mensagem no. 76/77, encaminhando anteprojeto de lei integrando como categoria especial na parte permanente, os cargos efetivos de

Diretor Adjunto, Assistente Técnico, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, e dá outras providências. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI No. 144/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Os cargos de Diretor Adjunto, Assistente Técnico, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, constantes do Anexo III da Lei no. 6119, de 29 de junho de 1970, passam a integrar, como categoria especial, a parte permanente dos cargos efetivos do referido Quadro de Pessoal.

§ 1o. — Os cargos de Assistente Técnico e de Diretor Adjunto passam a ter a denominação de Consultor Legislativo, privativos de portadores de Diploma de Nível Universitário, com as funções de assessoramento superior, lotados no Gabinete de Assistência Técnica, mantidos os direitos, vencimentos e vantagens de seus ocupantes.

§ 2o. — A Assembléia Legislativa estabelecerá, por Resolução, as normas de acesso aos cargos de que trata este artigo.

Art. 2o. — Os cargos referidos no artigo 1o., que se vagarem somente serão providos a qualquer título, após serem estabelecidas em Resolução, as componentes normas de acesso.

Art. 3o. — A Mesa, dentro de 90 (noventa) dias contados a partir da publicação desta Lei, proporá à Assembléia um projeto de lei estabelecendo a reestruturação do Quadro de Pessoal da respectiva Secretaria.

Art. 4o. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 110/77, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CATÓLICA FILANTRÓPICA SANTA EFIGÊNIA — "ACAFISE", com sede nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Para solicitar de V. Exa., verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere. Em votação o Projeto de Lei no. 110/77.

A Presidência vai novamente colocar em votação a matéria, porquanto verificou algumas abstenções em plenário e pretende melhor identificá-las, para verificar a existência ou não de quorum necessário para deliberação.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Requereríamos a V. Exa., de acordo com o Regimento Interno, chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Tão logo se conclua a verificação de votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em votação o Projeto de Lei no. 110/77, no pedido de verificação, colocada à deliberação, de forma inversa.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei no. 110/77, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o Projeto de Lei no. 110/77, queiram levantar-se. (Pausa).

33 Srs. Deputados aprovam, nem um Sr. Deputado rejeita. — APROVADO POR UNANIMIDADE.

A Presidência consulta o nobre Deputado Gabriel Manoel,

se persiste na sua Questão de Ordem, pretendendo a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL — Com a devida vênia, Sr. Presidente, se possível fosse, gostaríamos, de acordo com o complexo Regimento Interno, de solicitar a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência advertirá os Srs. Parlamentares que se encontram em outras dependências desta Casa, após o que, o Sr. 1.^o Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — (Após a advertência aos Srs. Deputados, pela Presidência, e através do soar dos tímpanos, procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Trinta e sete responderam à chamada. Portanto, há quorum para deliberação.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 151/77, de autoria do Deputado PAULO CAMARGO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE PARAÍSO DO NORTE, com sede e foro na cidade de Paraíso do Norte. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 155/77, de autoria do Deputado MAURICIO FRUET, que declara de utilidade pública o INSTITUTO RIOMAFRENSE DE BEM ESTAR DO MENOR — “IRBEM”, com sede e foro na cidade de Rio Negro. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 113/77, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE BENEFICENTE DAS SENHORAS SÍRIO LIBANEZAS, com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 118/77, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública o Serviço de Assistência Social Evangélica, com sede na cidade de Irati. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 372/77, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que altera o Art. 1.^o, da Resolução no. 37/72, de 04/12/72. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 94/77, de autoria dos Deputados ENÉAS FARIA e VALTER PIETRÂNGELO, que cria uma Escola Técnica Agrícola no Município de FÊNIX, autorizando o Poder Executivo proceder sua instalação e funcionamento em 1978, e dá outras providências. Pareceres Contrário da C.C.J., por maioria, Favorável da C.F., por unanimidade e Contrário da C.I.P., por unanimidade. —

PROJETO DE LEI No. 94/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o — Fica criada, no Município de Fênix, uma Escola Técnica Agrícola, e o Poder Executivo autorizado a proceder sua instalação, promovendo seu funcionamento a partir de 1978.

Art. 2.^o — O Chefe do Poder Executivo, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias da publicação desta lei, editará regulamentação e demais atos complementares necessários à consecução do objetivo aqui fixado, definindo a vinculação da Escola à Secretaria de Estado competente.

Parágrafo Único — Fica fixada a localização da Escola na Reserva do Estado, situada naquele Município, definindo-se sua extensão, área, e demais complementações através da regulamentação prevista neste artigo.

Art. 3.^o — Serão adotadas, pelo Poder Executivo, as providências cabíveis no sentido de prover na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 1978, os recursos necessários para sua instalação e funcionamento.

Art. 4.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1977.

(aa) ENÉAS FARIA e VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente plano de lei, a criação de uma Escola Técnica Agrícola, no Município de Fênix, atendendo as necessidades apresentadas por uma das regiões de maior potencial existentes em nosso Estado.

Fênix e a região constituem uma área eminentemente agrícola, já surgindo no contexto econômico e social do Paraná, com uma considerável parcela de contribuição e afirmação de suas laboriosas atividades.

A cultura agrícola, sabe-se existente e praticada, do que tem resultado uma excelente produção, todavia, logrando-se correção técnica e orientação, entende-se um aprimoramento da cultura, com um conseqüente aumento de produção.

Evidentemente que, em qualquer ponto da região se poderia pretender a localização da Escola, que deverá, criada e funcionando, polarizar o interesse da juventude estudiosa de toda a área. Entretanto, a opção feita pelo Município de Fênix, fixando-se ali sua sede, é adotada considerando-se que, exatamente ali, o Estado possui uma Reserva Florestal de, aproximadamente, 100 (cem) “alqueires paulistas”.

O projeto de lei procura atender as normas legais que regem a iniciativa legislativa, quando, criando a Escola, defere ao Poder Executivo a prerrogativa de proceder a sua instalação, bem como pleiteia a inserção, no próximo Orçamento do Estado, de recursos necessários para atender o seu funcionamento.

Há que se ter em vista, também, que a região tem reivindicado uma Escola Técnica nesses moldes, e, a comunidade de Fênix, se pronunciou oficialmente, através de sua Câmara Municipal, pleiteando sua criação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI No. 94/77

De autoria dos nobres Deputados Enéas Faria e Valter Pietrângelo, objetiva o presente projeto de lei criar uma Escola Técnica Agrícola no Município de Fênix, e autoriza o Poder Executivo a proceder sua instalação, promovendo seu funcionamento a partir de 1978.

Não resta dúvidas de que a região é das mais importantes do Estado, pela sua produção agrícola, e, conseqüentemente, pela riqueza que proporciona ao Paraná. A localização da Escola no Município de Fênix, nos parece alertada, considerando que o Estado lá possui uma reserva florestal de cerca de 100 (cem) alqueires paulistas, conforme nos informa a justificativa.

Assim, a presente iniciativa se nos afigura das mais louváveis, justas e oportunas.

Todavia, trata-se aqui de matéria que aumenta a despesa pública, e, neste caso, os artigos 25 e 35 da Constituição Estadual vedam a iniciativa parlamentar para lei de tal natureza, pois os mesmos preceitos legais acima citados estabelecem que a competência é exclusiva do Governador. Aliás, a nossa Carta Política Estadual é corroborada pela Constituição Federal que, no seu art. 57, inciso II, prescreve que é competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa das leis que aumentem a despesa pública. Claro está também, que uma simples autorização implica necessariamente em despesa, uma vez que esta é conseqüência imediata daquela. De modo que, esta pretensão

poderia ser transmitida ao Chefe do Poder Executivo através de requerimento ou sugestão.

Como projeto de lei, entretanto, não vemos outro caminho a não ser argüir a sua inconstitucionalidade e, nestas condições, nosso parecer é pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1977.

(aa) Muggiati Filho - Presidente; Dácio Leonel, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI No. 94/77

Pretendem os eminentes Deputados autores do presente projeto de lei, a criação de uma Escola Técnica Agrícola no Município de Fênix, concedendo autorização ao Poder Executivo para proceder a sua instalação.

Não pretendendo entrar no mérito constitucional e legal de competência da respeitável Comissão de Constituição e Justiça, cabe a ressalva de que a Educação é constitucionalmente de obrigação do Estado e os recursos financeiros para atender a lei autorizatória existem em abundância e se assim não fossem seriam gerados, pois o Governo Paranaense tem anunciado a prioridade gerados, pois para Educação e Transportes.

Assim sendo, abalizados também no mérito do projeto em tela, oferecemos parecer FAVORÁVEL e aconselhamos sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1977.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Del Ciel, Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI No. 94/77

A pretensão dos nobres Deputados é das mais justas possíveis, considerando que uma escola agrícola só pode contribuir para a grandeza do Estado, ainda mais numa região tão importante como a região enfocada.

Porém, infelizmente, projetos de lei desta natureza, embora a constitucionalidade não seja de alçada desta Comissão, e sim, da CCJ, não podem sofrer parecer favorável, pois ficam suscetíveis de veto, por contrariarem o que preceitua os arts. 25 e 35 da Constituição Estadual.

Embora sejamos a favor da criação de escolas de qualquer natureza, opinamos para que se transforme este projeto em requerimento de sugestão ao Executivo, para receber nosso apoio; nesse caso, somos de parecer contrário, concordando com nossa posição na CCJ.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1977.

(aa) Werner Wanderer, Presidente; Augusto Carneiro, Relator
— EM DISCUSSÃO.

O SR. ENEAS FARIA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENEAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto em pauta para deliberação da Casa, pretende o respaldo deste Legislativo e a evidente sanção governamental, para criação de uma escola no Município de Fênix.

Evidente, Sr. Presidente, que se pretende conquistar a sensibilidade das autoridades, objetivando a conquista desta melhoria àquele município e àquele região.

Eu não vou, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer menção das razões que nos levaram a adotar a iniciativa pedindo a criação dessa escola, porque entendo e sei que a Casa é muito zelosa, os Deputados são muito cuidadosos nos votos que preferem, e portanto teriam me dado a honra de ler o projeto e de se ater às justificativas que informaram esta matéria.

Venho à tribuna, Sr. Presidente, não para defender o projeto. Venho à tribuna, não para pedir que o projeto seja aprovado, porque creio que o mérito ressalta e a olhos vistos, porque ressalta e a olhos vistos a necessidade que tem aquela

região e aquele município, de conquistar a criação de uma Escola Técnica. E mesmo porque, os pareceres todos oferecidos a esta proposição foram de molde a exaltar o mérito da iniciativa. Venho à tribuna para manifestar uma estranheza, Sr. Presidente.

Por dois anos consecutivos, tive a honra de representar a minha bancada na Comissão de Constituição e Justiça, Comissão da qual hoje e neste ano já não faço mais parte. Lá têm assento, doutos e ilustres e eminentes companheiros. Ocorre que, durante os dois anos que lá lutamos, homens do MDB e homens da ARENA adotaram um entendimento para a análise do que seria constitucional e do que seria inconstitucional. Durante os dois anos, adotado este critério, mantido este critério, jamais passou por aquela Comissão qualquer projeto, de quem quer que fosse, eivado de qualquer vício de inconstitucionalidade. E até mesmo os projetos simplesmente autorizatórios, como é o caso desse, mereciam como mereceu, a nossa desaprovação. Aliás, atitude e critério que o Plenário, durante aqueles dois anos, entendeu de corroborar, entendeu de ratificar.

Entendo e sei que a matéria é polêmica. Pode dar margem a interpretações, se projetos, simplesmente autorizatórios, estariam estigmatizados pela inconstitucionalidade, ou se projetos simplesmente autorizatórios poderiam merecer a aprovação e o aval desta Casa.

Entendeu-se, naquele tempo, que não. E todos cumprimos esta determinação ou este ajuste, ou este entendimento que ali foi ajustado.

Hoje e já decorrido algum tempo da nova integração da Comissão de Constituição e Justiça, o entendimento é outro. Projetos autorizatórios têm merecido o respaldo, têm merecido a consagração da CCJ, como regra. Quase todos recebem na CCJ um parecer favorável, embora autorizatórios e embora a Constituição possar dar margem à interpretação do vício de inconstitucionalidade.

Venho eu agora e proponho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um projeto autorizatório, podendo parecer, portanto, incoerência com os dois anos de atitude que adotei naquela comissão e naquele plenário. E a Casa perguntaria: Mudou o Deputado? E eu respondo: Mudou a praxe.

Tenho e mantenho um entendimento, mas se a Casa adota outro rumo por sua quase unanimidade, cumpre-me aceitar esta nova marca imposta para os nossos trabalhos. Apresentei e formulei o projeto, fundamentado nas questões de mérito que iria sustentar ali.

Vem a plenário hoje, e vem com parecer contrário da douta Comissão de Constituição e Justiça, se bem que por maioria, porque eminentes e doutos Deputados entenderam de dar-lhe condição constitucional para tramitar e para ser aprovado. Mas por maioria é rejeitado o projeto. Por maioria o parecer é contrário. E aliás, uma outra Comissão, a de Instrução Pública, parece-me, se avoca o direito de também, e é justo, fazer a análise constitucional e propor parecer contrário à mesma matéria. E apenas uma delas, a que deu condição do projeto vir a plenário, apenas uma delas, confere parecer favorável.

O que quero dizer e o que quero ressaltar, é que quase todos os projetos idênticos e iguais, merecem da Comissão, pareceres favoráveis. Quase todos os projetos idênticos e iguais têm merecido deste Plenário, aprovação.

Alguns como este, com sanção; outros barrados pelo veto governamental, é outro problema e que não nos deve preocupar. É prerrogativo, e problema do Poder Executivo. O que estranha, é esta manifestação contrária neste projeto, sem que nada a justifique, sem que nada venha embasar esta decisão. A não ser que se esteja voltando a um outro critério. Mas, se pegue as Ordens do Dia, de todos esses últimos tempos, e se verá projetos idênticos, com pareceres favoráveis e aqui aprovados.

Parece-me que este, neste ano, é o primeiro caso, não sei

porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas, venho para fazer essa ressalva, e venho para manifestar esta estranheza, acreditando e entendendo que os eminentes Deputados poderão apreender a intenção da iniciativa da matéria, que é sensibilizar a quem pode para fazer; e fazendo, dar condições àquela região e àquele município, de conquistar uma melhoria altamente imprescindível para as suas necessidades, para o seu desenvolvimento.

Tem o aparte o Deputado Luiz Alberto.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Deputado Enéas Faria, V. Exa. diz bem quando estabelece a controvérsia jurídica que existe sobre esta matéria e outras semelhantes em andamento nesta Casa. Alguns doutos juristas entendem que a sanção convalida o vício da inconstitucionalidade que porventura haja na origem do projeto de lei. Este entendimento é adotado por eminentes Deputados desta Casa, como o Deputado Muggiati Filho, face à súmula do Supremo. E eu estou sendo auxiliado nesta parte pelo eminente e douto Deputado e Professor de Direito, Accioly Neto, e quero declarar a V. Exa., que votei como relator nesta matéria, portanto, contrariamente ao seu projeto na CCJ.

Neste Plenário, entretanto, formulo minha posição para acompanhar a V. Exa. Entendo que a CCJ analisa o aspecto técnico. E o aspecto da conveniência política no bom sentido, política em altos termos, política de desenvolvimento educacional, deve ser analisada em plenário. E não me vexo, Sr. Deputado, em dizer a V. Exa. e ao Paraná, de que acompanho o seu projeto e voto favoravelmente a ele, em Plenário. Tanto que a CCJ analisa o aspecto técnico, e em plenário se discute o aspecto político.

Penso que desta forma, esclareço a minha posição no episódio.

Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço o aparte de V. Exa., e o apoio que V. Exa. traz à matéria, eminente Deputado. O que pretendia era tentar sensibilizar os que podem, os que tudo podem, e os que deveriam ou que devem executar e fazer. Mas também, e principalmente, buscar da Casa e das Comissões, uma definição com respeito a essa controvérsia, para que não sejamos obrigados a hoje votarmos contrários; hoje recebemos parecer de uma maneira, e amanhã de outra, em matérias idênticas.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento) Nobre Deputado Enéas Faria, estou interrompendo V. Exa. para, acredito, prestar um esclarecimento que interessa também ao plenário.

Ocorre que, realmente, de algum tempo para cá, houve uma mudança com relação a projetos dessa natureza, por parte da maioria da Comissão de Constituição e Justiça. Nós, continuamos defendendo o nosso ponto de vista, que defendíamos já anteriormente e desde que estamos nesta Casa.

Primeiro, porque entendemos que o Poder Legislativo está ameaçado até de enferrujar pelo desuso. E achamos que “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”. Essa situação do Legislativo terá o seu termo e nós esperamos que seja breve.

Mas acontece o seguinte, nobre Deputado — e vem agora o esclarecimento — Quando o projeto — e isso não vai aqui nenhuma aleivosia, nenhuma insinuação que não seja no bom sentido, com relação a qualquer dos eminentes membros da Comissão de Constituição e Justiça. Mas, quando eu relabo, por exemplo, como tenho aqui em mãos, para relatar hoje, um projeto que entendo pela sua iniciativa, inconstitucional, de autoria de um eminente Deputado da Aliança Renovadora Nacional, que propôs, autor da proposição — conseqüentemente irá votar favoravelmente à proposição levá-la, de saída, o meu voto, o meu parecer favorável e acredito que dos demais colegas da bancada porque: a Bancada do MDB tem votado coerentemente, ou melhor, firmemente neste caminho. Portanto, daí

surgiram as alternativas. Quando o projeto, geralmente aprovado com essa ressalva de que a sanção pode suprir a falta de iniciativa ou de que a característica de ser simplesmente autorizatório o projeto de lei, não o torna inconstitucional, é de iniciativa de um dos nossos colegas da bancada da Arena, que conta conseqüentemente com o nosso voto, é aprovado na Comissão e recebe parecer favorável da Comissão.

Isto, não vai aqui, mais uma vez, quero repetir, nada, nenhuma insinuação. Mas eu também quero deixar bem claro, que não nego, mesmo quando nós recebemos da bancada da Arena, na CCJ, o seu voto contrário aos nossos projetos, às nossas proposições, não nego a aplicação desse mesmo princípio em favor de qualquer um dos seus ilustres membros e portanto, é uma matéria que muitas vezes o plenário resolve de outra forma. Como nós notamos pelo voto declarado do ilustre membro da Comissão de Constituição e Justiça, da bancada da Arena, Deputado Luiz Alberto Oliveira, daí então, parece-me que fica claro que, realmente aquilo que parece uma incoerência ou uma incongruência, não é outra coisa senão fruto da eventualidade acarretada pela distribuição de processos e de conformidade com o pensamento de cada um.

Quando se combinam o Relator e o Presidente, o parecer é favorável, mesmo que ele seja firmado por um Deputado da bancada da Arena.

A possibilidade de ser o parecer contrário é quando a proposição parte de um Deputado do MDB.

É o que queria esclarecer a V. Exa., sem criar polêmica em torno do assunto.

Mas para que, realmente, a Casa pense bem, medite sobre o assunto que merece ser, como V. Exa. disse; meditado e pensado.

O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço, nobre Deputado. V. Exa.

me faz retomar outra linha de entendimento. Pensava que a controvérsia era eminentemente constitucional. Mas, o que traz V. Exa. agora à Casa, dos meandros da CCJ, a controvérsia tem outra origem, tem outra marca, tem outro entendimento.

O Sr. Muggiati Filho — Ela não deixa de ser constitucional.

Mas, ocorre que mesmo com voto contrário, com a diferença de um voto da CCJ, este projeto de lei que tenho em mãos, por exemplo, de autoria de eminente Deputado da Arena, mesmo que a bancada da Arena vote contra o projeto, ele terá o voto de seu proponente. Conseqüentemente, com os votos do MDB, dificilmente terá voto contrário na Comissão.

O modo de agir tem sido esse.

O SR. ENÉAS FARIA — Entendi, nobre Deputado, e vou atender suas palavras e não polemizar a respeito do jogo da questão que tem levado a esses entendimentos.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento) Apenas para complementar as palavras do Sr. Deputado Muggiati Filho.

Parece-me, nobre Deputado Enéas Faria, que na CCJ não se faz a distinção entre Parlamentares, ou entre Partidos.

O SR. ENÉAS FARIA — Permito-me dizer que senti uma discriminação.

Esse é o primeiro projeto, este ano, nestes moldes, que recebe parecer contrário. Pelo menos é o que tenho conhecimento.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Que V. Exa. tem conhecimento.

Eu tenho conhecimento de que há projetos de autoria de Deputados do seu Partido, com o mesmo vício constitucional, que são aprovados, pelos Deputados da Arena, na CCJ.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. portanto, restringe agora, a discriminação. Ela não é mais partidária, e sim pessoal.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Eu diria o contrário: V. Exa. é um dos Deputados mais bem relacionados nesta Casa, bem como o nobre Deputado Valter Pietrângelo. Não acredito, nobre Deputado, sem tentar polemizar também, que haja qualquer

tipo de discriminação, na CCJ. Eu mesmo tenho acompanhado, seguramente votos de relatores designados, como Presidente da Comissão, como Deputado do MDB, com absoluta tranqüilidade.

E isso tem sido norma na CCJ. Peço a V. Exa. que encontre, no voto contrário da CCJ, por maioria, qualquer tentativa de asfixiar tentativas de lei de V. Exa. Até entendo, como entendo o nobre Deputado Muggiati Filho, que esta Casa não pode se ver privada de analisar esse tipo de projeto, porque, senão este Poder que já é tão desarmado, fique mais desarmado ainda. E entendo que é possível que Deputados, da Arena ou do MDB, em plenário, possam rever suas posições com absoluta tranqüilidade, sem significar isso, qualquer incongruência, qualquer deslealdade, qualquer tipo de ferimento pessoal ou partidário. O SR. ENÉAS FARIA — Eu agradeço o aparte . . .

O Sr. Jurandir Messias — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ENÉAS FARIA — . . . principalmente pela lembrança que V. Exa. me trouxe da indelicadeza que eu estava cometendo com o eminente Deputado Valter Pietrângelo, autor comigo deste projeto, do que me penitencio agora.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. me permite um aparte? — (Assentimento)

Apenas uma palavra para esclarecer melhor o que pretendi dizer. Não há, realmente, discriminação. O que V. Exa. está sentindo é discriminação. Mas não intencional. O que se estabelece por força de contingência da questão da maioria no momento em que se está votando a matéria, é que está realmente gerando indiscriminação.

Portanto, é um assunto que eu acredito que conscientemente examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, poderá ser facilmente resolvido e contornado. Porque isto, sem qualquer outro intuito, mas por uma questão apenas de justiça, devo declarar que não se sente, em absoluto, a intenção discriminatória. Apenas a discriminação existe por força das circunstâncias, acidentalmente.

Portanto, deverá, para esclarecer bem o que nós estamos dizendo, inclusive com a ajuda do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, é um assunto que deverá ser meditado, pensado, para ser resolvido definitivamente, a fim de que a Casa não receba, não tenha tramitando, manifestações discricionárias, que não são intencionais, mas não deixam de se caracterizar como um ato discricionário.

O Sr. Jurandir Messias — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ENÉAS FARIA — O Deputado Valter Pietrângelo havia solicitado o aparte.

O Sr. Valter Pietrângelo — Agradeço ao Deputado Enéas Faria, pela concessão.

Primeiramente, manifestar a minha satisfação em ter proposto em parceria com o ilustre Deputado Enéas Faria, que está na tribuna, este projeto de lei de profundo interesse para Fênix, para toda aquela região de Barbosa Ferraz, Engenheiro Beltrão, de Quinta do Sol e adjacências.

Mas, Sr. Deputado, eu apenas quero registrar o meu apelo aos eminentes Deputados que votem favorável a esta iniciativa. É claro que a Comissão de Justiça, em seu parecer, avoca que os Artigos 25 e 35 da Constituição Estadual, que dão ao Poder Executivo a iniciativa exclusiva de matérias de tal natureza. E a Comissão de Justiça ainda acrescenta que uma simples autorização implica necessariamente em despesa, uma vez que esta é consequência imediata daquela.

Mas ocorre, Srs. Deputados, que o Sr. Governador terá a iniciativa da despesa. É evidente. Se a iniciativa da necessidade da obra está consubstanciada neste projeto, através de proposição do Deputado Enéas Faria e nossa, e se aprovada nesta Casa, é evidente que a despesa está configurada, onde se configura inconstitucionalidade alegada, ela será de iniciativa, é claro, do Sr. Governador, que tanto poderá executar a obra, como não, pois é um projeto de lei que autoriza.

Mas acontece, e disse muito bem o Deputado Luiz Alberto

Oliveira, de que a legislação manietou, manietou tanto os criadores das leis que é o Poder Legislativo, que os Deputados se debatem buscando trilhas para poderem, de alguma forma, promover, desenvolver, acionar a administração pública. E eu gostaria de lembrar aqui, uma iniciativa nossa também, proposta também, através de projeto de lei que outorgou à competência do DER a conservação do trecho de estrada que liga Santa Izabel do Ivaí a Planaltina do Paraná, lá na região Extremo-Noroeste do nosso Estado, e o projeto de lei, evidentemente que aumentará a despesa pública, porque ele efetivamente acarretará despesa ao Estado, através do DER, da Secretaria dos Transportes. E esta Casa felizmente aprovou, aquela matéria transformada em lei.

Os Prefeitos daqueles municípios, as Lideranças políticas daquela região, inclusive o Deputado Wilson Fortes, evidentemente passaram a gerenciar junto ao Sr. Governador — como disse bem o Deputado Muggiati Filho — “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura” — que, eis que já há uma informação definitiva de que o Poder Executivo vai proceder o asfaltamento daquele trecho ligando Planaltina do Paraná, Santa Izabel do Ivaí, à cidade de Santa Cruz do Monte Castelo; se bem que será uma rodovia de baixo custo, mas efetivamente demonstra de que S. Exa. o Sr. Governador acatou o projeto de lei oriundo desta Casa, que tirou da atribuição do município, a conservação daquele trecho e passou-a ao Departamento de Estradas de Rodagem.

De tal forma, que esta iniciativa, ela pertence efetivamente a um Vereador brilhante da Câmara Municipal de Fênix, que defendeu o assunto naquele Poder Legislativo Municipal, e conseguiu receber o apoio unânime da Casa de Leis de Fênix; depois o assunto chegou até a mim, até ao Deputado Enéas Faria, e nós elaboramos o projeto de lei que pretendemos, mereça a compreensão, o entendimento de todos os Srs. Deputados, para que ele possa merecer a aprovação e chegue às mãos do Sr. Governador. E tenho certeza de que, através das Lideranças políticas do Município de Fênix, das quais se sobressai o nobre Deputado Gilberto Carvalho, dos Prefeitos, Vereadores e nós todos que haveremos de gerenciar junto a Sua Excelência, para que efetivamente seja criada e instalada essa escola agrícola cujos méritos estão amplamente decantados nos pareceres das comissões que se pronunciaram a respeito, conseguiremos êxito.

Era o meu apelo. Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço o aparte de V. Exa.

Concedo, pela ordem, o aparte ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O Sr. Jurandir Messias — Agradeço pela deferência.

Deputado Enéas Faria, V. Exa. realmente, traz a esta Casa, um assunto por deveras interessante. — V. Exa. quando foi a essa tribuna para discutir o projeto, de parceria com o Deputado Valter Pietrângelo, o foi com uma intenção que achamos por demais válida.

Mas, infelizmente, V. Exa. não pode, ou talvez, ainda tenha condições para tal, situar a legitimidade ou não do projeto. V. Exa. foi interrompido pelos apartes que desvirtuaram aquilo que pretendia V. Exa.

Mas, Deputado Enéas Faria . . .

O SR. ENÉAS FARIA — Eu só pretendo que V. Exa. conceitue o que entende por legitimidade.

O Sr. Jurandir Messias — A constitucionalidade ou não, do projeto. Se é legal ou ilegal.

O SR. ENÉAS FARIA — Ilegítima é a Constituição, Deputado, para começar.

O Sr. Jurandir Messias — Não, Deputado. Aqui dá para se . . .

O SR. ENÉAS FARIA — A Constituição que nós temos, hoje, é ilegítima, se é isso que V. Exa. pretendia.

O Sr. Jurandir Messias — Não, absolutamente.

O SR. ENÉAS FARIA — Agora, a partir de sua legalidade, nós

temos que conversar.

O Sr. Jurandir Messias — Mas, Deputado, dizia que V. Exa., foi, pelos apartes, afastado daquela tese. Mas não seria eu, Deputado, que voltaria com a tese levantada em princípio.

Mas, para tão somente, dizer ao ilustre Deputado, que projetos desta natureza, é que engrandecem, Sr. Deputado, uma Casa de Leis; é que enobrecem um Deputado porque entendemos que uma Escola Agrícola não só no município, especificamente de Fênix, mas nos Municípios de Pitanga, Laranjeiras do Sul, Irati e tantos outros carentes, Sr. Deputado, era necessário que não os Srs. Deputados atentassem para esse problema, mas isto, Srs. Deputados, já deveria ter acontecido através do Poder Executivo, ou mesmo da Secretaria da Educação e Cultura que passaram por lá, há muitos e muitos anos atrás, para que, hoje, esta Assembléia não tomasse para si, ou não trouxesse, não carresse para esta Casa, problema que, além de ser de prioridade, entendemos que não tem o respaldo e, talvez, Sr. Deputado, tão cedo esta Assembléia como as outras Casas de Leis, terão condições de apreciar projetos de tamanha importância.

E é por isso, Sr. Deputado, mesmo não tendo autorização do Líder da Bancada da Arena nesta Casa, mas consegui, junto àquela liderança, que deixasse questão aberta. E, concluindo, Sr. Deputado, quero dizer, aprovado este projeto que receberá o meu voto, servirá, na pior das hipóteses, como subsídio, como um alerta aos Poderes Públicos do Estado do Paraná.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu agradeço o aparte ao Deputado Jurandir Messias, e seu apoio, e tenho encerrado o que pretendia discorrer.

Havia também uma solicitação de aparte, e não pretendo ser indelicado. Concedo, portanto, o aparte ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Agradeço, nobre Deputado, o aparte que V. Exa. me concede. Mas, Sr. Deputado, eu represento o Município de Fênix como segundo Deputado votado, desde 1970. Fiz uma reunião naquela cidade, e disse da simpatia, o interesse que tem aquela região de uma escola e um aproveitamento daquela reserva que existe no Município de Fênix.

Irá beneficiar não só Fênix, mas todos os municípios da região do Vale do Ivaí, com a criação de um colégio agrícola e uma estação experimental naquelas terras férteis que lá estão. E que gostaria que houvesse um melhor entrosamento com o Prefeito, porque infelizmente, eu sou o segundo Deputado votado lá, e não tenho o apoio do Prefeito, para que num trabalho conjunto pudéssemos sensibilizar o Sr. Governador do Estado para a criação daquele colégio agrícola.

Creio que o caminho certo não foi da apresentação do projeto de lei para a criação da escola, porquanto vai esbarrar na Constituição que impede a iniciativa por este Poder. Não obstante, é nosso costume e V. Exa. tem conhecimento disso, que projetos em que visa criar despesas ao Poder Público sempre têm merecido Parecer Contrário. Eu não tinha condições, neste projeto, no município que represento e vejo com simpatia a criação dessa escola, embora saiba que a matéria é para veto, dado o parecer contrário. Votei favoravelmente e vou votar favoravelmente também, no plenário.

Mas o caminho certo não seria este. Seria juntar mais documentos, dados daquela região, e sensibilizar o Poder Executivo para que criasse este colégio agrícola, dando assim um melhor atendimento aos agricultores daquela região, do Vale do Ivaí.

Considero inconstitucional o projeto, nobre Deputado, mas não tenho condições de votar contrário ao Projeto. Vou votar favorável.

Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu agradeço ao Deputado Gilberto Carvalho, e devo dizer que não sei se é o melhor caminho

ou é o pior caminho, Deputado. O que nos falta é exatamente caminho, e foi o caminho que encontrei para propor e para sensibilizar.

V. Exa. mesmo afirma, que as autoridades municipais vinculadas ao Governo e portanto com todas as condições de fornecerem melhores dados, melhores informações, de pressionar, de reindiciar e de exigirem em favor do município e da região, estão divorciadas da tese, estão divorciadas desta reivindicação.

Sr. Presidente, eu aguardo e espero a aprovação deste Plenário.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem imensa satisfação de registrar, neste Plenário, a presença de Ss. Exas., os Srs. Humberto Gomes e Ivaldin Gobli, respectivamente Prefeitos Municipais dos progressistas municípios do Sudoeste do Paraná, Santa Izabel e Renascença.

Encerrada a discussão. Em votação o Projeto de Lei no. 94/77. — APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 115/77, de autoria do Deputado **ERONDY SILVÉRIO**, que acresce mais um parágrafo com redação que especifica, ao artigo 138, da Lei no. 6174, de 16/11/70. Pareceres Contrários da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade, e Favorável da C.F., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — APROVADO.

PROJETO DE LEI No. 115/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1o. — O artigo 138 da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, fica acrescido de mais um parágrafo, com a seguinte redação:

“§ 7o. — Para os efeitos dos incisos II e III deste artigo, será assegurado ao funcionário que houver prestado serviço público anteriormente a 8 de maio de 1967, o acréscimo do resultado obtido da multiplicação do total desse tempo por 35, e imediata divisão por 30 reduzido para as mulheres, tal fator de cálculo, de 30 e 25 anos, respectivamente”.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1977.

(a) **ERONDY SILVÉRIO**

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei apresentado é de indiscutível sentido de justiça a todo o funcionalismo de nosso Estado, eis que, trata-se de um critério legal plenamente acolhido pelos preceitos constitucionais que versam sobre essa matéria, contidos nas Constituições do Estado e da União.

Anteriormente a 1967, o funcionalismo tinha como perspectiva de aposentadoria, o espaço temporal de 30 anos para os homens e 25 anos para as mulheres. Para a grande maioria do funcionalismo a caracterização da condição para aposentadoria voluntária, era quase atingida, quando preceitos constitucionais novos aumentaram tal período em mais cinco anos. Funcionários por exemplo, que contavam com 25 anos e que dependeriam de apenas mais 5 para se aposentar, teriam, então, que aguardar mais 10 anos em exercício.

Legisladores de vários Estados da Federação, como Minas Gerais e São Paulo, sensíveis a esse problema e buscando justiça para solucioná-lo, aprovaram leis nesse sentido, as quais tiveram execução plenamente tranqüila, sem nenhum óbice ou dificuldade de ordem legal, jurisprudencial ou constitucional.

A medida proposta, tenho certeza, será recebida com simpatia, não só pela classe interessada, mas também pela própria administração, que tem o dever de amparar aqueles que lhe prestam serviços por tão longos períodos de tempo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI No. 115/77

De autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, objetiva o presente projeto de lei, acrescer ao art. 138, da Lei nº 6174, de 16/11/70, mais um parágrafo com a seguinte redação:

“§ 7o. — Para os efeitos dos incisos II e III deste artigo, será assegurado ao funcionário que houver prestado serviço público anteriormente a 08 de maio de 1967, o acréscimo do resultado obtido da multiplicação do total desse tempo por 35 e imediata divisão por 30 reduzido, para as mulheres, tal fator de cálculo, para 30 e 25, respectivamente”.

Embora a medida aqui pleiteada seja oportuna, louvável e represente inteira justiça à classe do funcionalismo público, nada podemos fazer, senão argüí-la de inconstitucional, pois a mesma encontra obstáculo no art. 25, § 19, alínea c, da Constituição Estadual, que assim estabelece:

“§ 1o. — É da competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que:

c. — disponham sobre servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de integrantes da Polícia Militar para a inatividade”.

Como se vê, a iniciativa para o presente plano de lei é da competência exclusiva do Governador.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI No. 115/77

De autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, o presente Projeto de Lei no. 115/77, tem por finalidade acrescer de parágrafo o Art. 138, da Lei no. 6174, de 16/11/70 — (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado).

Sobre o projeto, houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisando a sua constitucionalidade, opinou contrariamente sobre o mesmo, em razão de sua inconstitucionalidade, face ao Art. 25, § 12., alínea c, da Carta Magna do Estado, que veda a iniciativa por esta Casa de matéria que versa o mesmo.

No âmbito desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o aspecto financeiro, temos que, embora a matéria seja das mais justas, barreiras constitucionais impedem sua tramitação normal por esta Casa, já que, com sua aplicação, haveria conseqüentemente o aumento de despesa.

Assim sendo, o nosso parecer é contrário, opinando-se pela sua rejeição, nos reservando porém, a votar favoravelmente à matéria, caso o seu autor queira convertê-la em sugestão ao Chefe do Poder Executivo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 1977.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Edilson Alencar, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI No. 115/77

VOTO EM SEPARADO

Solicitei vista do projeto epígrafado para levantar uma preliminar impugnatória do parecer exarado pelo nobre Deputado Edilson Alencar, em razão de sua antiregimentalidade, consoante passo a demonstrar.

Ninguém contesta que o parecer emitido por uma Comissão Técnica se constitui em peça de natureza instrutória, dos processos cujo trâmite se exaure neste Poder, com a deliberação plenária. Esse caráter meramente informativo e ilustrativo, faculta à Assembléia decidir em sentido diverso e até contrário às diretrizes contidas nos pareceres.

No presente caso, verifica-se que a douta Comissão de Constituição e Justiça, entendeu ser a matéria eivada de incons-

titucionalidade, por transgredir preceito relativo à competência para iniciar o procedimento, nos termos do disposto na alínea “c” do § 1o., do Art. 25, da Carta Estadual.

Tal parecer ainda, não foi afeito pela Casa como definitivo, o que se dará apenas por ocasião da primeira discussão do projeto em plenário.

No entanto, o parecer aqui atacado invoca aquela inconstitucionalidade, aliás, intempestivamente, e além disso, aponta outra violação constitucional, bastante discutível, porquanto no fim de conta, todas as iniciativas implicam em aumento da despesa pública, mesmo a concessão de título de cidadania honorária.

Seja como for, não compete a esta Comissão de Finanças analisar o projeto sob o prisma constitucional, ainda que por ventura ele seja manifestamente contrário às normas da Constituição, visto como essa tarefa pertence, com exclusividade, à Comissão especializada, nos termos do Regimento Interno (art. 48).

Segundo estabelece o Art. 49, do mesmo Regimento Interno, a Comissão de Finanças deve estudar a matéria de um ângulo estritamente financeiro.

Ora, qualquer parecer na Comissão de Finanças que não se fixe nesse ponto de vista ou, mais grave ainda, que invada competência alheia, deve ser considerado antiregimental, e nesta hipótese, cabe à Presidência da Comissão recusar-lhe acolhida.

Face ao exposto, o parecer do ilustre Deputado Edilson Alencar, desde que tem como fundamento tão somente a inconstitucionalidade da matéria, deve ser rejeitado.

Em conseqüência da rejeição, por força da norma adotada no Art. 60, § 7o., do Regimento Interno, este voto em separado se converte no parecer da Comissão.

Dessa forma, cumpre abordar, regimentalmente, a proposição em suas implicações financeiras.

O Estado tem capacidade financeira para arcar com as despesas decorrentes do número de aposentadorias a ser antecipadas pela reavaliação do tempo de serviço prestado anteriormente a 08 de maio de 1967, ou aos acréscimos percentuais ao acervo dos funcionários sem tempo suficiente para se aposentar. O suprimimento financeiro das dotações orçamentárias específicas para o custeio de pessoal transcende as previsões mais otimistas e o erário apresenta saudável capacidade de suportar qualquer tipo de suplementação, como se pode verificar pelas decretações publicadas no Diário Oficial.

Rejeitado o parecer por antiregimental, opino pela sua aprovação do Projeto de Lei no. 115/77.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1977.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Gabriel Manoel, Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PARECER AO PROJETO DE LEI No. 115/77

O legislador, vendo o lado humanitário da matéria, inspirou-se ao redigir o presente plano de lei, pois é dever do Poder Público amparar aqueles que lhes empresa seus serviços à administração. Mas a própria legislação vigente, estabelece que é de exclusiva competência do Poder Executivo a iniciativa de leis que venha alterar o regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria, reforma e transferência do funcionalismo estadual.

A matéria nos é simpática, mas não encontrou amparo legal na douta Comissão de Constituição e Justiça, e esta Comissão de Recursos Humanos, não poderia, incoerentemente, dar parecer favorável. Somos pois, contrários ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1977.

(aa) Fabiano Braga Côrtes, Presidente; Muggiati Filho, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 128/77, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que autoriza o Poder

Executivo alienar, por doação, ao Município de TEIXEIRA SOARES, terreno localizado do quadro urbano do Distrito de INGAÍ, com área, limites, divisas e demais características, constantes do registro de imóvel da Comarca de Teixeira Soares. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 128/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, por doação ao Município de Teixeira Soares, um terreno localizado no Quadro do Distrito de Angaí, com área de 873,76 m2, contendo um prédio de madeira, antigo, com os limites, divisas e demais características constantes da transcrição número 293, Livro 3-A, fls. 64, do Registro de Imóvel da Comarca de Teixeira Soares.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1977.

(a) Luiz Roberto Soares.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com a apresentação do presente projeto de lei, transferir para o Patrimônio do Município de Teixeira Soares um imóvel do qual deverá aquela comuna utilizar-se para servir à coletividade do Distrito de Angaí.

Destaque-se que o referido imóvel não tem, hoje, destinação certa, não trazendo, por via de consequência, qualquer benefício, não só ao Estado, como particularmente à população do Distrito já mencionado.

Nestas condições, apresentamos este plano de lei à consideração de nossos nobres e ilustres Pares, esperando se lhe dê a necessária acolhida e final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI NÚMERO 128/77

P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, tem por objetivo o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a alienar, por doação, ao Município de Teixeira Soares, um terreno localizado no quadro urbano do Distrito de Angaí, com a área de 873,76 m2, contendo um prédio de madeira, antigo, com os limites, divisas e demais características constantes da transcrição número 293, Livro 3-A, fls 64, do Registro de Imóvel da Comarca de Teixeira Soares.

A justificativa nos informa que o imóvel acima aludido deverá ser utilizado para servir a coletividade do Distrito de Angaí, e por isso nos convence da conveniência, justiça e oportunidade da medida.

Não há impedimento algum de ordem constitucional ou legal que possa oferecer obstáculo à tramitação normal por esta Casa do presente plano de lei.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI NÚMERO 128/77

P A R E C E R

O presente Projeto de Lei número 128/77, de autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Teixeira Soares o imóvel que especifica.

Sobre a matéria já houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

Com relação ao aspecto financeiro da matéria, objeto

da análise por esta Comissão de Finanças, temos que nada impede que o projeto em tela mereça a aprovação desta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1977.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Luiz Gabriel Sampaio, Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PROJETO DE LEI NÚMERO 128/77

P A R E C E R

A iniciativa do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Teixeira Soares, o imóvel de propriedade do Estado que especifica.

Examinando o projeto vemos que sobre o mesmo houve o parecer favorável das doutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, chamada a opinar sobre o mérito da proposição, temos que de acordo com a justificativa apresentada pelo autor, o imóvel a ser doado irá beneficiar, com a sua utilização pela Prefeitura de Teixeira Soares, a comunidade do Distrito de Angaí.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1977.

(aa) Egon Pudell, Presidente; Fuad Nacli, Relator.

Em votação — APROVADO.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra pela ordem, ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Solicitaria de V. Exa., a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Deferido.

Em votação o Projeto de Lei número 128/77.

(É procedida a contagem dos votos)

15 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação.

A Presidência encerra a discussão do Projeto de Lei número 128/77.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 143/77, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de ARAUCÁRIA, imóvel de propriedade do Estado conforme especifica.— Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI NÚMERO 143/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Araucária, o imóvel de propriedade do Estado, adquirido por compra de João Carrano e sua mulher Dona Helena Carrano, pelo valor de Cr\$ 74.090,00 (setenta e quatro mil e noventa cruzeiros), conforme escritura lavrada no Cartório do Registro de Imóveis da cidade de Araucária, às fls. 170, Livro 3, número 5, sob o número 3.696 de 10/01/52, constituído de um terreno com área de 4.213,10 m2 (quatro mil, duzentos e treze metros e dez centímetros quadrados) contendo uma casa de madeira, coberta de telhas e ainda um depósito também de madeira, sito no lugar denominado Guajuvira — Município de Araucária, tendo as seguintes confrontações: 40,70 metros de frente para uma rua sem denominação; 95,00 metros do lado direito dividindo com Paulo Binhara; 79,70 metros do lado esquerdo onde divide com a propriedade de Leonardo Figuel e 37,00 metros na linha de fundos, dividindo

com Elias Jorge, imóvel esse que os outorgantes adquiriram em maior área por título transcrito no Registro de Imóveis da Comarca de Araucária, sob o número 2.501, livro 3- número 4, conforme Escritura lavrada em 14/08/50 no 4o. Tabelionato de Curitiba.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1977.

(a) Luiz Roberto Soares.

JUSTIFICATIVA:

A doação do imóvel de propriedade do Estado, cuja Certidão anexamos ao presente, que pretendemos com o presente projeto de lei, irá proporcionar ao Município de Araucária a construção através de Convênio com o Ministério da Educação e da Cultura, de uma quadra polivalente e uma unidade escolar de 1.º grau.

Com isso esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI NÚMERO 143/77

PARECER

De autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, visa o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Araucária o imóvel de propriedade do Estado, adquirido por compra de João Carrano e sua mulher Dona Helena Carrano, pelo valor de Cr\$ 74.090,00 (setenta e quatro mil e noventa cruzeiros), conforme escritura lavrada no Cartório do Registro de Imóveis da cidade de Araucária, às fls. 170, Livro 3, número 5, sob o número 3.696 de 10/01/52, constituído de um terreno com área de 4.213,10 m² (quatro mil, duzentos e treze metros e dez centímetros quadrados) contendo uma casa de madeira, coberta de telhas de barro, planta, tipo marselha, uma garagem de madeira, coberta de telhas e ainda um depósito, também de madeira, sito no lugar denominado Guajuvira — Município de Araucária, tendo as seguintes confrontações: 40,70 metros de frente para uma rua sem denominação; 95,00 metros do lado direito dividindo com Paulo Binhara; 79,70 metros do lado esquerdo onde divide com a propriedade de Leonardo Figuel e 37,00 metros na linha de fundos, dividindo com Elias Jorge, imóvel esse que os outorgantes adquiriram em maior área por título transcrito no Registro de Imóveis da Comarca de Araucária, sob o número 2.501, Livro 3, número 4, conforme Escritura lavrada em 14/08/50, no 4o. Tabelionato de Curitiba.

A justificativa nos dá conta de que o Município de Araucária será beneficiado, com a construção, no imóvel acima referido, de uma quadra polivalente e uma unidade escolar de 1o. grau. Só vemos nesta iniciativa toda conveniência e oportunidade.

Impedimento de ordem constitucional ou legal, não existe para o presente plano de lei.

Dest'arte, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI NÚMERO 143/77

PARECER

Pretende o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Araucária um terreno, com área de 4.213,10 m², para a edificação de uma unidade escolar de 1o. grau, assim como uma quadra de esportes polivalente.

Face ao mérito da matéria oferecemos parecer favorável, aconselhando a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1977.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Del Ciel, Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PROJETO DE LEI NÚMERO 143/77

PARECER

O nobre Deputado Luiz Roberto Soares, com a presente iniciativa, pretende autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Araucária, o imóvel que especifica.

Justificando a medida, esclarece o autor da proposição, que no citado imóvel, é intenção da Prefeitura construir, através de convênio com o Ministério da Educação e da Cultura, uma quadra polivalente de esportes e também uma unidade escolar de 1o. grau, justificativa esta, que nos convence plenamente do mérito do projeto de lei que ora examinamos.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1977.

(aa) Egon Pudell, Presidente, Fuad Nacli, Relator.

Em discussão.— Encerrada a discussão do Projeto de Lei número 143/77.

1a. DISCUSSÃO — da Proposição número 537/77, da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO, oriunda de Proposta de Emenda à Constituição do Estado do Paraná, de autoria do Senhor Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, dando nova redação aos artigos que especifica e inclui no Título V, da referida Constituição, os artigos números 157, 158, 159, 160 e 161. Com Parecer FAVORÁVEL e EMENDA DA COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade.—

A Presidência tem sobre a mesa, requerimento subscrito pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Valter Pietrângelo, no seguinte teor:

“Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requerem, após ouvido o douto Plenário desta Casa, tendo em vista a inclusão na Ordem do Dia de hoje da votação em 1a. discussão da proposição número 537/77 da Comissão Especial de Reforma à Constituição, dando nova redação à diversos artigos da Constituição Estadual, inclusive acrescentando o de número 157, e considerando que os signatários, através da proposição número 538/77 apresentaram, igualmente, Emenda à Constituição acrescentando artigo 157 ao título V versando sobre assunto diverso do que ora se discute, que a referida proposição número 538/77, de autoria dos signatários, seja incluída em pauta na 2a. discussão da proposição número 537/77, na forma de Emenda.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1977.

Em razão de seu conteúdo deixa de recebê-lo. Há para as emendas parentadas à Constituição do Estado, um rito determinado pelo Regimento Interno. Razão pela qual, deixa de acolher a pretensão de se juntar a Proposição número 538/77 à Proposição número 537/77, objeto de deliberação, no turno de 1a. discussão e votação. Não invalida que, decorrido o prazo para apresentação de emendas, aberto segundo o despacho contante do processo em mãos da Presidência, que assim está vazado:

(Lê): “Publicado em avulso, distribuído aos Srs. Deputados...”

Esta matéria estará portanto, em condições de ser analisada por Comissão Especial, que a Presidência aguarda seja composta através da indicação dos Srs. Deputados, representantes das duas bancadas pelas respectivas lideranças.

A emenda em apreço é de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Valter Pietrângelo.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, pela ordem. Esta emenda proposta a essa reformulação constitucional?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência esclarece V. Exa.

Os Srs. Deputados, Fideleino Tolentino e Valter Pietrângelo, encaminham à Mesa, requerimento em que requerem em vista de se encontrar na Ordem do Dia a Proposição número 537/77, da Comissão Especial de Reforma à Constituição, emendas apresentadas pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, dando nova redação a diversos artigos da Constituição Estadual, inclusive acrescentando um artigo sob número 157, e considerando segundo os peticionários, que os signatários através da Proposição número 538/77 apresentaram igualmente emenda à Constituição, acrescentando o artigo 157 ao Título 5o., versando sobre assunto diverso do que ora se discute, que a referida Proposição número 538/77, de autoria dos signatários, seja incluída em pauta na segunda discussão da Proposição 537/77, na forma de emenda.

Impossível atender a pretensão. Todavia, a Presidência ressalta — incluindo-se o artigo 157, no capítulo 5o. da Constituição do Estado do Paraná, não invalida que merecendo parecer favorável à Proposição número 538/77, tenha incluída a sua pretensão com o número de artigo 158 ou 159 em razão de se adaptar, desde que o Plenário acolha a proposição dos eminentes Srs. Deputados.

Era o que a Presidência desejava declarar.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente. Em última análise não houve adensamento de matéria. Não houve anexação de matéria? São duas tramitações diferentes?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Distintas. Com prazos que decorreram não paralelamente.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pela ordem Sr. Presidente, apenas, para um esclarecimento.

Nós pretendíamos pedir regime de urgência para a emenda constitucional. Propomos através do Projeto 538/77 que V. Exa. acabou de se referir, ao explicar a validade da proposição mesmo ocorrendo a aprovação na emenda proposta pelo eminente Deputado Luiz Roberto Soares.

Eu apenas queria merecer de V. Exa. esclarecimentos, se regimentalmente nós poderíamos requerer para a nossa proposição, o regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Infelizmente a Presidência não pode acolher a pretensão de V. Exa., razão já dita do rito especial a que se submetem as proposições cotendo emendas à Constituição do Estado. Verifica V. Exa. que não pode abrir mão da exigência da Constituição da Comissão Especial, para a elaboração do parecer. Em última análise, é a matéria que será objeto de deliberação pelo plenário. A Presidência apela desde já às lideranças dos dois partidos, que indiquem os membros para comporem a Comissão Especial encarregada de emitir parecer sobre a Proposição número 538/77.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas para agradecer as informações da Presidência e o Sr. Presidente constar o nosso apelo, para que a Comissão Especial possa, em razão do mérito da matéria, proceder o parecer em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). Continua em discussão a Proposição número 537/77.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela ordem, Sr. Presidente, em razão do que dispõe a Constituição Federal, por força da Emenda número 8, a proposta de emenda constitucional deve ser discutida e votada em reunião que seria da Assembléia Legislativa, em duas sessões.

Assim parece como em face da inexistência de "quorum" para deliberações que é sobejamente visto, V. Exa. deverá declarar encerrada a fase de discussão.

Nestas condições, em face da impossibilidade de continuar a sessão pela inexistência de número mínimo legal, solicito a V. Exa., pela forma regimental, encerre a sessão, sem encerrar,

contudo, a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência verificou, na Questão de Ordem em que se verificação de votação, a existência, em plenário, de 18 Srs. Deputados. Há número regimental para prosseguimento dos trabalhos.

Todavia, V. Exa. tem razão de invocar dispositivo constitucional que exige para discussão e votação maioria absoluta.

A Presidência não encerra a discussão da Proposição número 537/77 e colocará em discussão matéria cuja exigência seja apenas de um terço dos membros da Casa.

A Presidência acaba de receber e despachar para o Departamento Legislativo, para os devidos fins, requerimento assinado pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, com apoioamento constitucional, solicitando constituição de Comissão Especial. A Presidência despacha ofício ao Departamento Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sobre a mesma requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da Tribuna, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministro da Indústria e Comércio e Presidente do Instituto Brasileiro do Café, consubstanciando em sugestão, no sentido de que o I.B.C. permaneça exclusivamente com a incumbência da comercialização do café, entregando o problema do armazenamento do produto à CIBRAZEM.— Em discussão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da Tribuna, solicitando seja oficial ao Sr. Secretário da Agricultura, em forma de sugestão, no sentido de que através do órgão competente daquela pasta, que promove a "Campanha de erradicação do cancro cítrico" em nosso Estado, seja fixada, após entendimentos e com a participação dos próprios agricultores, data para determinar a completa erradicação.— Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado às diversas autoridades, cópia de inteiro teor do pronunciamento feito pelo requerente em sessão plenária desta data.— Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Fazenda e ao Sr. Secretário das Finanças, enfatizando a necessidade do aumento da percentagem do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, distribuída aos municípios.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de que se digne informar sobre os critérios de reajuste de mensalidade da Escola Maternal "Nice Braga", mantida pelo IPE, e de concessão de bolsas de estudo naquele educandário.— Em discussão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Governador do Estado, Secretários dos Recursos Humanos e da Educação e Cultura, encarecendo providências em favor do professor inativo.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Secretários da Educação e Cultura e dos Recursos Humanos, encarecendo a conclusão e divulgação

ampla, ainda este ano, do regulamento do concurso para professores a ser realizado no próximo ano.— Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 01 de dezembro, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 128/77 e 143/77.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei números 83/75, 92/76, 23/77, 61, 74, 78, 84, 105, 112, 120, 124, 127, 134, 136, 137, 138, 139, 140 e 142/77, e de Resolução número 312/77.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 113/77 e 118/77, e de Resolução número 372/77.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 94/77 e 115/77.

1a. DISCUSSÃO — da Proposição número 537/77; marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 2, às 14,30 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 256, 310, 320, 321, 328, 330, 340, 341, 342, 343, 357, 360 e 361/77.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 94 e 115/77.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 128, 143/77 e da Proposição número 537/77.

Levanta-se a sessão.